

## **Memória das Mulheres: o processo de realojamento do bairro da Quinta da Fonte, Loures.**

**Ana Raquel Boana Manhique**

Dissertação de Mestrado orientada pela  
Doutora Sílvia Jorge e pelo Doutor Eduardo Ascensão

**Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo**

Dezembro 2021

## **Memória das Mulheres: o processo de realojamento do bairro da Quinta da Fonte, Loures.**

**Ana Raquel Boana Manhique**

Dissertação de Mestrado orientada pela  
Doutora Sílvia Jorge e pelo Doutor Eduardo Ascensão

**Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo**

Júri

Presidente: Professora Doutora Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais: Professora Doutora Cristina Maria Pinto Roldão da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL

Doutora Ana Patrícia Faria Pereira do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Sílvia Manuel Branco Jorge do Centro de Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

Dezembro 2021



## **Agradecimentos**

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração das seis mulheres incríveis que disponibilizaram do seu tempo, espaço, memórias e palavra para partilharem as suas experiências comigo.

À Elisa, minha mãe, à Tuca, Conceição, Sara, Liliana e Maria, um muito obrigado pela oportunidade e confiança.

Aos meus orientadores, obrigada pela incrível paciência, presença e apoio nesta longa e dolorosa jornada cheia de tropeços e incertezas. Obrigada Sílvia, e obrigada Eduardo.

Às amigas de ouro que fiz neste curso e às minhas amigas espalhadas pelo mundo que não largaram a minha mão, obrigada. Sei que tenho as melhores pessoas do mundo comigo.

À minha família, sem ela sonhar seria mais difícil.

À minha psicóloga que tem sido um apoio enorme.

A todas as mulheres que alguma vez ousaram escrever poesia.

Ao meu pai, que certamente estará orgulhoso de mim.

Mamã, isto é dedicado a ti.



## **Abstract**

This dissertation explores the process of rehousing informal settlers into public housing estates in the Quinta da Fonte estate, Loures, through the life experiences and memories of six black women resettled in the neighbourhood. Looking at the relocation process as a phenomenon of urban transformation that has marked the last 30 years of urban development in the Lisbon Metropolitan Area, it places less visible testimonies at the centre of the discussion of planning and housing debates.

The Quinta da Fonte neighbourhood is taken here as a space from which to observe how broad urban transformations are remembered by populations and how they impact in everyday social dynamics and personal ways of life. Quinta da Fonte's periurban condition, with its difficult access to other locations, also highlights informality as a mechanism for resistance and urban freedom for communities that find themselves trapped within the limits imposed by a formal housing structure.

**Keywords:** black women, rehousing, informality, Quinta da Fonte, Lisbon Metropolitan Area.

## **Resumo**

Esta dissertação procura contribuir para a compreensão e análise do processo de realojamento no âmbito PER – Programa Especial de Realojamento (Decreto-lei n.º 163/93, de 7 de maio) a partir do caso do bairro da Quinta da Fonte (União de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação), em Loures, especificamente das experiências de vida e memórias de seis mulheres negras aqui realojadas.

Pretende-se assim olhar para este processo como um fenómeno de transformação urbana que marcou os últimos 30 anos de desenvolvimento urbano na Área Metropolitana de Lisboa, inserindo testemunhos menos visíveis no centro da discussão do planeamento e da habitação.

Reconhecer a importância que as transformações urbanas têm nas dinâmicas sociais e modos de vida, indo além dos impactos espaciais, apresenta-se como um espaço importante de observação pela condição periurbana que ocupa, com limites pronunciados que quebram a comunicação com outras dimensões e localidades. É neste espaço que convido a que se olhe para o resgate da informalidade como um mecanismo de resistência e liberdade urbana de comunidades que se vêm presas a limites impostos por uma estrutura formal de habitação.

**Palavras-chave:** mulheres negras, realojamento, informalidade, Quinta da Fonte, Área Metropolitana de Lisboa.

# Índice

Agradecimentos .....	i
Abstract .....	iii
Resumo .....	iv
Abreviaturas.....	vi
Índice de Imagens.....	vii
Quadro.....	vii
Mapa .....	vii
Imagens em anexo.....	vii
Capítulo 1: Introdução .....	1
1.1. Justificação do tema e perguntas de investigação .....	2
1.2. Lugar de investigação.....	4
1.3. Objetivos.....	6
1.4. Estrutura .....	7
Capítulo 2: Lugares de Partida .....	8
Capítulo 3: Uma etnografia em manta de retalhos.....	17
3.1. Entrevistas e uma perspetiva émica .....	17
3.2. Um esboço de auto-etnografia .....	23
Capítulo 4: O urbano a partir das margens .....	24
4.1. Metropolização, imigração e urbanização informal .....	24
4.2. A primeira casa .....	28
Capítulo 5: O realojamento.....	33
5.1. O realojamento em Loures .....	33
5.2 Relembrando o realojamento .....	35
Capítulo 6: Olhando para as mulheres negras.....	39
6.1. A mulher negra e afrodescendente no espaço urbano, presente.....	39
6.2. A mulher negra e afrodescendente no espaço urbano, história recente .....	40
6.3. A mulher negra e afrodescendente no espaço urbano, Quinta da Fonte.....	41
Conclusão .....	46
Bibliografia.....	51
Arquivos .....	59
Reportagens .....	60

Revista .....	61
Anexo 1: Quinta da Fonte, um olhar descritivo .....	61
Anexo 2: Transcrições (4 de 6) .....	70

## **Abreviaturas**

AML = Área Metropolitana de Lisboa

CML = Câmara Municipal de Loures

CEE = Comunidade Económica Europeia

CRP = Constituição da República Portuguesa

FAP = Forças Armadas Portuguesa

GIS = Gabinete de Inserção Social

INH = Instituto Nacional da Habitação

IGAPHE = Instituto da Gestão e alienação do Património Habitacional do Estado

PALOP = Países de Língua Oficial Portuguesa

PER = Programa Especial de Realojamento

NAU = Nova Agenda Urbana

## **Índice de Imagens**

IMAGEM1 O BAIRRO DA QUINTA DA FONTE, APELAÇÃO, LOURES. FOTOGRAFIA DA AUTORA. 7/04/2021 .....	3
IMAGEM 2 BAIRRO DA QUINTA DA FONTE, APELAÇÃO, LOURES. IMAGENS SATÉLITE GOOGLE MAPS.1/08/2021 .....	5
IMAGEM 3 EU E A MINHA MÃE NO BAIRRO DA QUINTA DA VITÓRIA, C. 1996. ....	22
IMAGEM4QUINTA DA VITÓRIA, 2006. FOTOGRAFIA DE RITA CACHADO, COM PERMISSÃO. ....	28
IMAGEM 5: MULHERES À ESPERA DO AUTOCARRO. BAIRRO DA QUINTA DA FONTE, LOURES, 2021. FOTOGRAFIA DA AUTORA. ....	42
IMAGEM 6: CONCEIÇÃO A CAMINHO DAS HORTAS. BAIRRO DA QUINTA DA FONTE, APELAÇÃO, LOURES. FOTOGRAFIA DA AUTORA. ....	44

## **Quadro**

QUADRO 1: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS. ....	21
--	----

## **Mapa**

MAPA 1: CONCELHOS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, COM LOURES DESTACADO A AZUL. FONTE: INE.2011. ....	25
---	----

## **Imagens em anexo**

IMAGEM I: Análise SWOT .....	49
IMAGEM II: O JARDIM À ENTRADA DO BAIRRO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. ....	58
IMAGEM III: A PRAÇA DO BAIRRO. FOTOGRAFIA DA AUTORA.....	60
IMAGEM IV: SEQUÊNCIA DE IMAGENS DO PARQUE URBANO. FOTOGRAFIAS DA AUTORA. ....	63
IMAGEM V: ACAMPAMENTOS CIGANOS. FOTOGRAFIA DA AUTORA. ....	64



## Capítulo 1: Introdução

Esta dissertação incide sobre a experiência das mulheres negras no processo de realojamento realizado no âmbito do PER - Programa Especial de Realojamento (decreto-lei n.º 163/93 de 7 de maio), cuja missão principal foi eliminar as denominadas barracas das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. É com as histórias de vida de seis mulheres realojadas no bairro da Quinta da Fonte, no município de Loures, que procuro contribuir para o registo da experiência das mulheres nos espaços urbanos.

Ao longo do mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo foi possível testemunhar a prevalência de uma certa ideia de neutralidade de género na produção e configuração de espaços urbanos, sendo essa neutralidade produzida em grande parte no masculino. Somente no trabalho de campo e visitas ao terreno, no quadro da disciplina de Laboratório de Projeto Urbano (2018/20) se tornou possível presenciar e ouvir testemunhos de quem não tem lugar nos centros de decisão.

Nesse sentido, escolhi trabalhar o espaço urbano na perspetiva das dinâmicas urbanas de mulheres negras na condição de realojadas, a partir de um espaço situado à margem do município de Lisboa, considerando (1) as experiências destas mulheres no acesso à habitação condigna, e, (2) a forma como os seus corpos habitam os espaços produzidos sem a sua participação, criando dinâmicas de adaptação e apropriação às novas realidades urbanas marcadas por limites e fronteiras, visíveis e invisíveis, dentro da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do bairro de realojamento.

O Programa Especial de Realojamento (PER) instituído pelo Decreto-lei n.º 163/93 de 7 de maio, constitui-se nas últimas três décadas como um importante instrumento no garante da habitação como um direito social, tal como plasmado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa e onde se refere que cabe ao Estado, nomeadamente aos municípios “programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização”. (CRP, 1975) Reconhecendo o seu forte impacto na configuração das áreas metropolitanas, importa perceber como se traduziu na vida das famílias e comunidades afetadas ao programa.

*“há 20 anos o PER permitiu recensear mais de 48 mil famílias em barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto para realojar, acabando por se construir quase 35 mil fogos, num esforço financeiro de cerca de três mil milhões de euros” (Vitor Reis, antigo presidente IHRU, 2012-17, entrevista ao JN, 2013).*

Entre essas famílias encontram-se famílias afrodescendentes, tendo mulheres negras como chefes de família, mães e agentes ativas na defesa dos interesses das comunidades em que estão inseridas, cujas experiências urbanas são geralmente secundarizadas ou mesmo invisibilizadas, marcadas por uma condição laboral e habitacional precárias.

### **1.1. Justificação do tema e perguntas de investigação**

Em outubro de 2019, no âmbito da disciplina de Laboratório e Projeto Urbano do mestrado de Ordenamento do Território e Urbanismo (2018/20), participei numa ação organizada pela arquiteta e professora de arquitetura e urbanismo na Universidade do Estado de Mato Grosso (Brasil), Juliana Demartini, no Bairro da Torre, com o objetivo de juntar profissionais, académicos, moradores e mediadores sociais numa sessão de partilha e projeção de um futuro para os moradores deste bairro. Trata-se de um bairro de barracas situado em Camarate, junto ao limite do aeroporto de Lisboa, considerado um dos rostos mais violentos e visíveis de pobreza e injustiça espacial e urbana na AML. Nesta ação organizada participaram maioritariamente mulheres, duas das quais moradoras e representantes do bairro: uma mulher negra e uma mulher cigana. A primeira, presidente da Associação de Moradores do Bairro da Torre, foi quem mais participou neste exercício comunitário sobre habitação condigna e, de algum modo, inspirou-me a fazer esta dissertação, ao avivar as memórias da minha infância e da minha mãe no bairro da Quinta da Vitória, na Portela de Sacavém. Hoje extinto, o bairro da Quinta da Vitória, considerado ilegal, era um lugar onde a minha mãe e outras moradoras garantiam o seu cuidado, limpeza, gestão e organização enquanto se esperava por uma habitação condigna.

Ao olhar para a habitação como um dos grandes modeladores do espaço urbano, das dinâmicas e vidas urbanas, surgem questões como: *Que lugar ocupa a*

*mulher negra na cidade?* Isto é, onde figura a mulher negra no imaginário urbano, das memórias, dinâmicas culturais e práticas sociais no quotidiano da AML?

*Qual a experiência de realojamento destas mulheres?* Na medida em que importa documentar e registar testemunhos de mulheres cujas vidas também são afetadas por processos de transformação urbana.

E ainda, *qual o impacto dos bairros de realojamento nas suas vidas?* Bairros cuja forma e estrutura não foi criada “com” e “por” elas, e sim para inseri-las numa nova configuração urbana marcada pelo realojamento.

Estas questões são levantadas perante a perceção de uma (1) ausência de mulheres negras como participantes ativas das sociabilidades urbanas da AML, e (2) de uma aparente intencionalidade política, pública e urbana, de limitação da presença de sujeitos negros no teatro da cidade e do exercício pleno da urbanidade. Ao olharmos para estas mulheres negras no teatro urbano da AML, percebemos também que, a precariedade urbana inclui não só o bairro de realojamento que se situa à margem da AML como um conjunto de elementos socioeconómicos como os empregos precários, os salários baixos, e o tempo nas deslocações *cidade-bairro*, que contribuem para uma ausência nas dinâmicas urbanas.

## 1.2. Lugar de investigação



*Imagem 1: O bairro da Quinta da Fonte, Apelação, Loures. Fotografia da autora. 7/04/2021*

A Quinta da Fonte é um conjunto habitacional moderno, de estrutura linear, situado entre quintas numa área periurbana da freguesia da Apelação. Tendo os edifícios como centro do espaço urbano, com uma avenida principal como eixo, e ilhas em forma de pracetas, apresenta-se como produto de um urbanismo moderno onde a ordem, a estandardização e a simetria são características determinantes.

O bairro é uma área de realojamento ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, criada a partir de 1996 e no presente com cerca de 2213 habitantes e mais de 700 fogos (Malheiros & Fonseca, 2011). 40% das famílias realojadas na Quinta da Fonte são de origem africana, 40% de origem cigana e 20% de origem portuguesa branca – terminologia utilizada com o intuito de diferenciar as características étnicas e culturais da população, salvaguardando-se o facto de todos os indivíduos de origem cigana e muitos “africanos” serem nacionais (Romeiras, 2010).

O bairro está inserido no perímetro urbano de Camarate, no nível II da hierarquia de sistema urbano do PDM do Município de Loures, e situa-se em solo urbanizado, isto é, está dotado de infraestruturas urbanas e servido de equipamentos de utilização coletiva, com a principal categoria funcional a de espaços residenciais na subcategoria de “consolidados habitacionais”: A União de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, de que faz parte é aquela onde se encontra a maior taxa de desemprego no concelho, 18,1% (13% a nível do concelho) (Censos, 2011).



Imagem2: Bairro da Quinta da Fonte, Apelação, Loures. Imagens satélite google Maps. 1/08/2021.

A localização geográfica do bairro obriga os seus moradores a grandes deslocações às freguesias mais próximas para o acesso a bens e serviços no dia-a-dia. A mobilidade tem um forte impacto na vida dos moradores do bairro, as comutações diárias em transportes coletivos públicos facilmente chegam aos 60 e 80 minutos no sentido de Lisboa ou Loures. A título de ilustração sumária, e na voz de uma moradora:

*“Nós vivemos num buraco. E sem o carro eu não tenho qualidade de vida.”*

[L., 31 anos, moradora; antiga moradora da Quinta da Serra]

A Quinta da Fonte ilustra alguns dos problemas habitualmente associados a processos de realojamento, tais como a periferização urbana de populações que habitavam em bairros de barracas mais centrais (no caso os núcleos PER da Quinta da Vitória, Quinta da Serra e Quinta do Carmo), a segregação e a concentração de pobreza, que podem significar a perpetuação de vulnerabilidades sociais várias, entre as quais o desemprego.

### **1.3. Objetivos**

Tendo em conta o tema e objeto de estudo, bem como as perguntas de investigação, a pesquisa procura responder a três objetivos principais:

- Demonstrar como o planeamento urbano tem um poder significativo não só na configuração do espaço urbano, como também nas dinâmicas individuais e de comunidade afetadas por processos contínuos de transformação urbana;
- Salientar como as políticas públicas podem contribuir para o acentuar das desigualdades socioeconómicas, agravando as divisões sociais de género e étnicas apoiadas na divisão social do trabalho, nas redes sociais de acesso e mobilidade;
- Demonstrar como o PER foi um instrumento de configuração de vidas e vivências ao longo da AML, contribuindo para o surgimento de novas comunidades, como a do bairro da Quinta da Fonte, na Apelação.

Por fim, depois de mais de vinte anos de existência, importa saber se as pessoas que ali vivem se adaptaram e, acima de tudo, se se apropriaram do espaço criado para elas e não por elas. Ao registar a experiência de mulheres negras pretendo ainda registar o modo como um grupo social demarcado pela distinção

interseccional de género, raça e classe se vê no espaço e na experiência do realojamento, trazendo para o centro, da discussão a necessidade de um planeamento urbano inclusivo e participado pelas comunidades realojadas.

#### **1.4. Estrutura**

A dissertação é composta por sete capítulos:

- Esta *Introdução* onde se apresenta o tema, e sua justificação, o lugar de investigação, os objetivos e estrutura; - O capítulo de revisão bibliográfica, *Lugares de Partida*, que apresenta o quadro teórico de referência que acompanha a dissertação de onde se destacam os trabalhos de Rita Cachado, Ayona Datta, bell hooks e Rachel Pain; - O capítulo metodológico, *Uma etnografia em manta de retalhos*, que aborda a metodologia e trabalho de campo, as abordagens de entrada no campo etnográfico, a ambiguidade que me acompanhou enquanto investigadora a trabalhar em lugares *com* memória, os desafios que surgiram com a pandemia e as adaptações que se apresentaram como a nova forma de se fazer etnografia;

O capítulo, *o urbano a partir das margens*, que aborda a urbanização informal enquanto processo natural de uma cidade desigual que retrata um pouco da história dos bairros de barracas através da experiência de mulheres negras e afrodescendentes;

- O capítulo, *O realojamento*, que aborda o processo de realojamento através de perspetivas distintas, neste caso, a das experiências de mulheres realojadas e a do principal responsável político por esse processo em Loures. O capítulo, *olhando para as mulheres negras*, que procura responder diretamente à pergunta “Que lugar ocupa a mulher negra na cidade?”, sendo o último a *conclusão*, onde se apresentam os principais resultados e contributos da pesquisa, tendo em conta os objetivos lançados.

Nos anexos disponibilizam-se algumas notas etnográficas sobre o bairro, as suas dinâmicas e a sua espacialidade, bem como uma amostra das entrevistas transcritas.

## Capítulo 2: Lugares de Partida

Neste capítulo começo por expor o campo teórico que me acompanhou ao longo da dissertação. Este trabalho começa, ao identificar o bairro da Quinta da Fonte – um espaço habitado – como um *lugar de partida*, um espaço com cultura, identidade e memória, um espaço que pode ser lido, segundo Michel de Certeau (1980) enquanto: “(...) «um lugar praticado», onde as vivências, relações e dinâmicas fazem de um espaço um lugar vivo, corpos humanos que se interagem socialmente entre si e com o espaço como veículo ou palco relacional” (Certeau 1980 *in* Augé, 2012).

Implicou, igualmente, reconhecer os bairros de barracas como *lugares de início*, na história que culmina com o realojamento e a experiência vivida deste pelas mulheres entrevistadas. Esses lugares de início são zonas informais inseridas num espaço urbano em transformação e expansão, com diferenças na forma, estrutura, economia e paisagem acentuadas por interesses económicos (Harvey, 2012) e são caracterizados pela ausência de um plano ordenado e integrado atento à habitação, ao planeamento urbano e ambiental e à inclusão socioeconómica, princípios que regem o planeamento urbano contemporâneo que se quer integrador e sustentável ( Medeiros & van der Zwet, 2020).<sup>1</sup>

O afastamento de comunidades urbanas em função do realojamento, empurradas das suas zonas de maior proximidade dos centros urbanos e de usufruto e exercício do direito à cidade e da cidadania, para zonas urbanas distantes dos centros de discussão, decisão e ação, representa simbólica e espacialmente a incorporação da *distinção* (Bourdieu, 2018) nas lógicas funcionais e oficiais do poder público na gestão de transformações urbanas. Esta distinção nas soluções de realojamento e atribuição de habitação, veio reforçar a condição precária – *vidas precárias* - e vulnerável das mulheres realojadas perante a falta de poder, inclusão e participação na ação política sobre a determinação dos seus lugares, comunidades, economias e quotidianos.

---

<sup>1</sup> De acordo com a Nova Carta de Leipzig de 2020, o planeamento integrado tem em consideração um plano coordenado de todas as áreas a nível espacial, setorial e temporal. Com estratégias de alcance na sua implementação tanto a nível da cidade e área metropolitanas quanto a nível local, com impacto em bairros e suas comunidades.  
<https://www.dgterritorio.gov.pt/presidencia-portuguesa-ue2021/nova-carta-leipzig>

É em textos de Judith Butler (2019) que encontro o termo “vida precária” para definir a condição vulnerável, exposta e suscetível à violência e ação política alienante, a que as comunidades de realojados (composta por mulheres, crianças, idosos e imigrantes) comumente se encontram, num palco social urbano marcado pelo acentuar de divisões sócioespaciais de exclusão. O bairro da Quinta da Fonte, enquanto lugar praticado (Augé, 2012) é palco de uma paisagem e dinâmicas humanas que responde ao desafio proposto por bell hooks (1989) de recorrer à memória e a histórias de vida como ferramentas contra-hegemónicas (Traverso, 2012) capazes de colocar lugares e comunidades precárias no centro da discussão e ação sobre o planeamento urbano. Este, é um exercício entendido como *politics of location* (Rich, 2003), com recurso a uma língua comum capaz de registar a voz de quem normalmente permanece em silêncio.

Ao convidar mulheres negras a participar deste exercício, inclui-se mais um ingrediente, o do *oppositional gaze* (hooks, 2003) em que as mulheres são convidadas a participar numa ação de resistência e autodeterminação, a *olhar para* processos de realojamento e deslocação a partir dos seus testemunhos e experiências vividas, contribuindo, com isso para uma visão mais holística do espaço urbano enquanto palco de contrastes e luta de classes (Engels, 1845; Lefebvre, 2012), mas também de dor:

*“(...) quando produzimos conhecimento, os nossos discursos não incorporam apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão. E, quando escutamos os nossos discursos, também se escuta a dor e a emoção contidas na sua precariedade: a precariedade, segundo hooks, de ainda sermos excluídas/os dos lugares a que acabámos de «chegar», mas onde dificilmente podemos «ficar»” (Kilomba, 2019, pp.59).*

A identificação dos *lugares de partida* não se limita apenas ao território, mas estende-se ao reconhecimento do próprio corpo humano em relação ao lugar, ao espaço, às fronteiras e limites que se erguem de maneira invisível. (Cachado, 2011; Kilomba, 2019).

A identificação passa pelo movimento, pela transgressão – *moving out of one's place* (hooks, 1989) – que começa na deslocação para o trabalho em autocarros

até ao concelho de Lisboa ou com os filhos, quando estes têm acesso às escolas do centro. Mas também pode começar com trânsitos transnacionais, entre Estados-nação:

*“(...) se começarmos a seguir os habitantes destes espaços, os bairros expandem-se, porque a vida dos seus moradores raramente se limita ao local de residência, ela também se expande. (...) o movimento dos atores sociais e de expansão dos bairros onde habitam merece ser explorado de forma concreta no domínio dos estudos sobre a cidade”* (Cachado, 2011, pp. 23-31.)

É no ultrapassar de fronteiras e barreiras do quotidiano que é feito o confronto com os diferentes lugares de origem e se cria o espaço para melhor perceber e questionar o papel do planeamento nas dinâmicas humanas urbanas. Em *Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures*, Rita Cachado (2011), debruça-se sobre o bairro da Quinta da Vitória, um espaço representativo do fenómeno de expansão urbana da segunda metade do século XX em Portugal. Cachado (2011) introduz o conceito de *fronteira*, um símbolo que traduz a posição de alguns dos bairros informais que cresciam em zonas de enclave entre urbanizações modernas e planeadas como a Portela de Sacavém e a Encarnação, tendo por fronteira real e simbólica a Estrada Militar como um recordar dos limites do concelho de Lisboa.

Além do conceito de fronteira como instrumento de leitura das configurações urbanas, é proposto um olhar sobre as múltiplas fronteiras reais e simbólicas através das dinâmicas humanas, dos movimentos que os habitantes, denominados de *atores sociais* fazem em deslocações no seu quotidiano, ao ultrapassarem e transporem a condição à *margem* (hooks, 1989). As mulheres negras incorporam, enquanto atores sociais, a condição de transgressoras de limites e fronteiras no quotidiano. São elas que quotidianamente ultrapassam, sem nunca transpor, fronteiras reais e simbólicas para trabalhar, permanecendo à *margem* (hooks, 1989, 2003; Cachado, 2011; Kilomba, 2019).

Ao explorarmos os espaços de intersecção com os estudos de mobilidade para melhor compreendermos os fenómenos da metropolização e suburbanização,

assim como os fenómenos assentes na construção identitária (Bondi, 2020; Taviani, 2019) da nacionalidade (Smith, 1991; Anderson, 1991) e sentimentos de pertença (Fenster, 2005; Taviani, 2019). É no campo da interseção e demarcação de espaços masculinos e femininos, público e privados que o trabalho de Ayona Datta (2012) sobre a vida na cidade ilegal nos ajuda:

*“Public and private life cannot be conceived as distinct social and spatial arenas; rather they continually produced through the intersections between home and outside, self and other, law and society”<sup>2</sup> (Datta, 2012, pp. 25).*

Em *The Illegal City, Space, Law and Gender in a Delhi Squatter Settlement*, Ayona Datta (2012), apresenta-nos, uma análise sobre a intersecção entre espaço urbano, lei e género e a vida na cidade ilegal. Tendo por campo etnográfico a realidade precária dos *squatters* em Delhi, Datta aborda a realidade urbana informal dos moradores que esperam por uma solução digna e legal de habitação. Evidencia o estado de ansiedade e medo que a ocupação ilegal provoca nos moradores, que vivem em estado iminente de despejo, com (a) a possibilidade das retroescavadoras surgirem a qualquer momento para demolir as suas casas e (b) com a falta de transparência da lei, como podemos ler neste excerto:

*“(...) the violence of law takes away one’s choice of inclusion within urban realm, this lack of choice becomes a significant aspect of producing gendered social agencies within everyday spaces. ‘Choice’ refers to both its conditions and consequences (...)”<sup>3</sup> (Datta, 2012, pp. 12).*

---

<sup>2</sup> Tradução Livre: “As vidas públicas e privadas não podem ser concebidas como arenas socialmente distintas; antes, elas são continuamente produzidas através de intersecções entre a “Casa” e a “Rua”, o “Eu” e o “Outro”, a “Lei” e a “Sociedade”.”

<sup>3</sup> Tradução livre: “A violência da lei tira a cada um o direito de escolher a inclusão dentro da realidade urbana, esta falta de escolha transforma-se no elemento central de produção de agências sociais de género em espaços do dia-a-dia. “Escolha” refere-se tanto às condições quanto às consequências.”

Poder escolher onde viver e usufruir da plenitude que representa o direito à cidade permanece, ainda, um ideal de uma cidade *por vir* (Lefebvre, 2012). Hoje, a escolha é regulada pelo capital, pelo poder aquisitivo de propriedade urbana. Às camadas precárias do ponto de vista económico, laboral e social, escolher é um conceito demasiado distante, isto porque as lógicas de gestão das cidades e áreas urbanas tendem a ser suportadas por processos de capitalização e financeirização da habitação (Fernandez & Aalbers, 2016; Mendes, Carmo & Malheiros, 2019).

Quando a única solução de vida urbana passa pela ocupação de propriedades públicas e privadas, e construção de casas precárias, a vulnerabilidade do habitante precário assume novos contornos, ao ser criminalizado pelo Estado. A ocupação, e principalmente a habitação informal, passa a ser um reduto do *ilegal urbano*, que se transfere e transmuta para o sujeito, para as comunidades precárias, e que, se manifesta no tratamento excludente e violento da (força) lei por parte do Estado, bem como no despertar do sentimento *de não pertença* por parte dos indivíduos da comunidade.

É no período de espera por uma solução de realojamento que o quotidiano destas comunidades vai sendo produzido. Trata-se de uma “espera” acompanhada de ansiedade, desespero e abandono perante a inevitabilidade das demolições, despejos e desalojamentos, que contribuem para o nascimento de um novo tipo de habitante urbano, um novo ator social, preso ao estado de permanente transição um cidadão urbano preso ao estado liminal (Douglas, 1968; Turner, 1969; Datta, 2012).<sup>4</sup>

Ainda na obra de Datta é possível identificar a permanência dos *squatters* no centro da cidade como um exercício de transgressão (hooks, 1989), semelhante à presença, insistência e resistência, dos bairros de barracas em zonas de (fronteira) proximidade com o centro.

---

<sup>4</sup> Estado liminal entende-se por estado de transição entre um estágio e outro, dentro de um rito de passagem. Neste contexto procuro trazer a construção de uma nova identidade urbana, marcada pela ambiguidade e desorientação quanto ao lugar de pertença, assim como a incerteza quanto ao futuro. Uma experiência presente nas comunidades urbanas mais pobres. Sobre este tema, ler Gretchen Purser, 2009, 2012, 2013.

A proximidade traz consigo a visibilidade de uma realidade urbana que se pretende invisível. É com a introdução de uma abordagem violenta do Estado nestes espaços, entendidos como *espaços de exceção* numa adaptação do conceito de *estados de exceção* de Agamben (2005), que os bairros de barracas passam a lugares onde o ordenamento jurídico comum é suspenso, sendo um convite aberto ao exercício mais violento da lei sobre seus habitantes. Assistimos a uma espacialização das condições de exceção, como Datta indica:

*“What is significant in the state of exception is a spatialization of the conditions of exception, which produces differential geographies of power and authority across social groups”*<sup>5</sup> (Datta, 2012, pp. 32).

A realidade dos moradores dos bairros de barracas até ao momento do realojamento foi marcada pela espera e, preenchida pela incerteza e insegurança dos poderes locais de um iminente despejo e a necessidade da reconstrução da casa demolida, preenchida por memórias e histórias de vida. É neste ponto que entra o trabalho de Rachel Pain (2018), *Chronic urban trauma: The slow violence of housing dispossession*, ao estabelecer a relação entre *slow violence* e o *trauma* para melhor compreendermos o impacto violento do planeamento, desenvolvimento, desinvestimento e desalojamento (*displacement*) urbanos enquanto ações do Estado sobre comunidades precárias.

Inserido num projeto de investigação sobre a redução e alienação da habitação social numa antiga vila mineira no noroeste da Inglaterra, Pain compõe um olhar sobre as contínuas dinâmicas de transformação urbana, onde o conceito de *slow violence* se manifesta de forma lenta (como o nome indica) e gradual, mas, acima de tudo, de maneira invisível e com impactos duradouros e traumatizantes, a médio e longo prazo. *Slow violence* enquanto conceito nasce dos estudos ambientais por meio de Rob Nixon (2011), tendo sido utilizado nos estudos urbanos para explicar os efeitos dos processos de gentrificação nas cidades

---

<sup>5</sup> Tradução livre: “O que é significativo no estado de exceção é a espacialização das condições de exceção, que resultam em diferentes geografias de poder e autoridade sobre os vários grupos sociais.”

onde o *racial displacement and dispossession* de comunidades racializadas é comum (Harvey, 2010; Roy, 2019).

Em Portugal e na AML em particular, ações de intimidação e despejo em nome da habitação têm sido recorrentes ao longo dos últimos trinta anos no município da Amadora, de Loures, Almada e Lisboa; e tanto a ação quanto a inação dos poderes locais representam um violento desprezo para com a dignidade humana das comunidades em situação de precariedade habitacional (Alves, 2019, 2021). No artigo intitulado, *Impactes Sociais e Urbanos da Ponte Vasco da Gama, Economia Local, Habitação e Condições de vida em Avaliação*, Cotrim, et al, 2001), constataram que “a construção da nova travessia sobre o rio Tejo implicou também a expropriação de parcelas de terreno onde se concentravam núcleos residenciais (...) constituídos por habitações precárias (barracas) [e que] o realojamento foi um fator de rutura de modos de vida sedimentados e consolidados (por vezes ao longo de várias décadas) em contextos locais, sociais, espaciais e relacionais específicos” (*idem*).

É esta rutura que associo ao trauma urbano. O trauma enquanto conceito surge com Judith Herman (1986) e D. Hennessy (2012) ao observarem os impactos e dinâmicas a médio e longo prazo da violência lenta em contexto urbano, bem como a forma como se codifica e se incorpora nos espaços, ecologia e tecido social de determinados lugares. Importa salientar que Pain (2018) recorre aos textos de Judith Herman para trabalhar o conceito de *chronic trauma*, uma manifestação de violência mais específica, caracterizada pela aparência de normalidade, sendo por isso menos visível que as outras. O argumento que aqui proponho é de que o desenvolvimento urbano é muitas vezes feito à custa de comunidades urbanas empobrecidas e racializadas provocando ruturas e fragmentação de tecidos sociais urbanos já consolidados e produzindo um tecido urbano fragmentado na forma de subúrbios mais ou menos precários como aquele em que o bairro da Quinta da Fonte se insere. O bairro da Quinta da Fonte pode, portanto, ser considerado um bairro de realojamento marcado pela experiência da violência lenta, reiterada e traumática, visível através das entradas musculadas das forças policiais, no apontar violento de armas a quem se encontra à janela ou se desloca no interior do bairro. É ainda perceptível no abandono e ausência de oportunidades, na carência económica, educacional e

cultural, sentida na frustração dos jovens sem oportunidades dignas de mobilidade socioeconómica muitas vezes descarregada em atos de delinquência e violência sobre o próprio corpo, bairro e vizinhos, mas também no olhar cansado e passos rastejantes das mulheres que descem do autocarro carregadas de sacos ao fim de mais um dia de trabalho.

Entramos num novo espaço de exceção (Datta, 2012) palco urbano onde observamos a transformação do trauma em rotina, elevada à condição crónica, onde a violência psicológica se reitera enquanto chave principal de uma dinâmica relacional entre agressor e agredido, numa dinâmica continuada a que grupos socialmente marginalizados estão mais expostos como refere Pain (2018): *“Herman’s work (...) identified socially marginalised groups as more likely to experience chronic trauma. Her work alongside that of other feminist and queer theorists, challenges the idea of trauma as constituting a dramatic rupture between past and present, instead exposing its ongoing and everyday nature”*<sup>6</sup> (Pain, 2018, pp. 4)

Pain convida-nos a olhar para o poder que as transformações urbanas têm sobre a estrutura de uma comunidade, o impacto que a destruição e produção de espaço urbano habitado tem sobre os indivíduos de uma comunidade precária e vulnerável perante as ações e inações dos poderes públicos, e económicos. É essa vulnerabilidade, essa precariedade de vida, de habitação e de cidadania que carrega em si o peso do trauma urbano, suportado pela violência, política, histórica e social do Estado, cosida numa relação entre a experiência íntima e coletiva, que conduzem ao que Harvey (2010) classifica de *urban dispossession*. A violência material de perda transformada em violência psicológica, internalizada por comunidades que permanecem invisíveis e descartáveis, como refere Pain:

---

<sup>6</sup> Tradução livre: “A obra de Herman (...) identificou grupos socialmente marginalizados estão mais suscetíveis a experienciar trauma crónico. As suas obras, juntamente com a de muitas outras feministas e teóricas *queer*, desafiam a ideia de que o trauma constitui apenas uma rutura dramática entre o presente e o passado, e que é antes uma manifestação do quotidiano.”

<sup>7</sup> Tradução livre: “O Estado é capaz de prosseguir com técnicas de uma psicologia da violência com impunidade, não apenas porque essas técnicas podem permanecer ocultas apesar da contestação e luta por parte de ativistas para torná-las visíveis, mas também porque o desrespeito para com estas mesmas comunidades, assim como a premissa da sua descartabilidade, são elementos já bem enraizados.”

*“The state is able to pursue tactics of psychological violence with impunity, not only because these tactics can remain shrouded in invisibility despite continual activist struggles to bring them to light, but because disrespect toward these same communities, and the premise of their disposability, is already firmly entrenched”<sup>7</sup> (Pain, 2018, pp.10).*

A violência do Estado manifesta-se tanto pela ausência de propostas e soluções que restaurem a dignidade habitacional, como, pela forma clara, musculada e presente nas ações de exclusão, desalojamento, e até de reiteração da exclusão social em processos de realojamento que fragmentam comunidades, famílias e redes de vizinhança. Sendo o Estado capaz de contribuir para a reprodução de velhas dinâmicas em novos espaços, através da incorporação de estruturas funcionais de violência, segregação e isolamento a que estas comunidades já estão expostas.

É trabalhando sobre o que Rachel Pain classifica de *slow violence of housing dispossession* que se torna possível perceber o grau de violência que recai sobre comunidades já vulneráveis na luta pelo acesso à habitação.

## Capítulo 3: Uma etnografia em manta de retalhos

Ao longo deste terceiro capítulo irei expor os instrumentos utilizados para o desenvolvimento do trabalho de campo e de investigação, numa montagem de múltiplas metodologias em forma de *patchwork ethnography*, ou etnografia em manta de retalhos. Para cruzar os processos de *materialização* do espaço urbano ao nível *institucional* e do *quotidiano* (Certeau, 1980; Lefebvre, 1981), escolhi dialogar com algumas das mulheres negras responsáveis pela produção de uma cultura do *habitar* o bairro, e em complemento entrevistar um dos principais responsáveis políticos pelo processo de realojamento, senão o principal, o presidente da Câmara Municipal de Loures à altura desse realojamento.

### 3.1. Entrevistas e uma perspectiva émica

O trabalho foi desenvolvido entre agosto de 2020 e junho de 2021, em contexto de pandemia, sendo que algumas das entrevistas levaram entre dois e três meses para ficarem concluídas. Ainda que à distância, a disponibilidade apresentou-se como mais um desafio para as interlocutoras. Durante o processo inicial de contacto fui surpreendida com as recusas e desconforto das mulheres em fazer parte desta investigação. Para as mulheres que recusaram, já não residentes no bairro, manifestaram o desconforto em abrir uma gaveta de memórias não positivas. São mulheres que saíram do bairro a muito custo, com trabalhos acumulados, sacrifícios e pedidos de ajuda extraordinários a familiares e amigos para saírem de um lugar que as colocava em permanente estado de alerta. Das seis mulheres entrevistadas, cinco conseguiram concluir a entrevista, e uma pediu-me que ficássemos apenas pela visita guiada ao seu canto, nas hortas do bairro, limitando a entrevista para aquilo que Burgess (1997) denomina de *conversa*, sem registo de áudio ou mesmo escrito. Antes de entrevistar as seis mulheres, foi possível entrevistar o antigo presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Carlos Alves, com recurso a um gravador visível no centro da mesa. Para as cinco entrevistadas foram apresentados guiões semiestruturados com a informalidade e abertura necessárias para o registo de narrativas pessoais. Todas as entrevistas foram realizadas à distância com

exceção da que foi feita à minha mãe, Elisa. Com Maria, a entrevista foi desenvolvida com perguntas e respostas por áudios via WhatsApp; com as entrevistadas Liliana e Sara foi através de chamadas gravadas, e com Tuca foi por intermédio das filhas que me enviaram por email as respostas. Seguiram-se duas idas ao bairro, o que me permitiu fazer o registo fotográfico, a observação do lugar, e a observação-participante que passou por curtas conversas com moradores que se encontravam sentados em esplanadas adaptadas ao longo do bairro. Com Conceição, foi-me possível entrar em sua casa, e visitar a horta do bairro. Ainda que breve e em grande parte à distância, foi possível construir um espaço de intimidade ao longo do trabalho de campo com as interlocutoras. Uma parte significativa da pesquisa foi desenvolvida em frente ao computador, na recolha de dados sobre o PER, na página oficial da Câmara Municipal de Loures, recolhendo informação do ATLAS do Concelho e em bibliotecas universitárias de Lisboa. Aos desafios no terreno por conta da pandemia e das limitações nas deslocações, acresceu a dificuldade de gerir a minha dualidade insider/outsider no campo enquanto era surpreendida pela teia de memórias do meu corpo – numa forma de *embodiment* – ao interagir com um lugar que, em tempos, também foi a minha morada. A abordagem ao campo foi essencialmente qualitativa, recorrendo à etnografia enquanto método e às entrevistas individuais enquanto ferramenta de investigação, centrada na *perspetiva do sujeito* (Kilomba, 2019, pp.76). Num nível micro de análise, de valorização da proximidade entre antropólogo e informantes, bem como de registo de experiências e vivências a um nível pessoal, a etnografia constitui tanto o método quanto o processo e o produto de uma investigação cujo objetivo é capturar a cultura produzida de um tempo e espaço concretos. Ainda na abordagem de campo, optei pela desenvolvida por Kenneth Pike (1954, 1967) na área da antropologia linguística, Emic e Etic, aplicando esta abordagem como meios de interpretação do comportamento humano e das dinâmicas culturais e seus sistemas, incluindo o exercício de percepção e cognição que resulta num equilíbrio de perspetivas diferentes sobre um mesmo ponto (Xia, Jingfend, 2011, pp.76-77). A relação Emic e Etic é dinâmica sem qualquer sobreposição de uma abordagem sobre a outra, permitindo que se produza de forma discriminada dados qualitativos e quantitativos de estudo e análise de um fenómeno cultural:

“*The etic viewpoint studies behaviour as from outside of a particular system, and as an essential initial approach to an alien system. The emic viewpoint results from studying behaviour as from inside the system*”<sup>7</sup> (Pike, 1967).

A posição de onde parto enquanto investigadora e antiga moradora do bairro convidou-me ao uso da memória e da percepção como instrumentos no terreno e investigação. É em parte um exercício de auto-etnografia (Elis, Adams & Bochner, 2011) em que o etnógrafo também se encontra no objeto da etnografia. No caso, eu faço parte de um crescente número de estudantes provenientes das comunidades e territórios que comumente são objeto de estudo etnográfico, e foi nessa dupla qualidade que fui navegando e enfrentando os desafios de produzir este trabalho. O uso da memória enquanto instrumento (Traverso, 2012) está associado ao testemunho de uma memória viva que sobreviveu ao peso de uma memória coletiva não oficial no processo histórico. Associa-se ao “dever de memória”, de “trazer do silêncio”, “do número e do anonimato” (Traverso, 2012) a presença da mulher e da classe trabalhadora nos processos que nos formam enquanto povo, comunidade e sociedade. Trata-se da intencionalidade colocada no registrar de memórias esquecidas (hooks, 1989; Traverso, 2012; Spivak, 2016; Kilomba, 2019) capazes de romper com o *caráter unitário da história* (Traverso, 2012, pp. 33). A percepção surge então associada ao processo de *embodiment*, em dois passos: em primeiro lugar, o corpo reconhece uma experiência vivida do espaço e passa a ser o centro de agencialidade e autoridade para falar e agir sobre o mundo; em segundo, o corpo é o instrumento da passagem da experiência sensorial à identificação de cultura. O *embodiment* é igualmente pertinente no que toca à leitura de espaços e práticas distinguíveis pelo gênero, observáveis nas dinâmicas territoriais entre espaço público e espaço doméstico/domesticado (Douglas, 1968; Rosaldo, 1980). O *embodiment* torna-se num campo metodologicamente indeterminado e definido pela experiência perceptual, presença e relação:

---

<sup>7</sup> Tradução livre: “A abordagem *Etic* dos estudos comportamentais, parte de fora de um sistema em particular, como uma abordagem essencial a um sistema desconhecido. E a abordagem *Emic* resulta dos estudos comportamentais partindo de dentro do sistema.”

*“(...) an “indeterminate methodological field defined by perceptual experience and mode of presence and engagement in the world. Embodied space is the location where human experience and consciousness take on material and spatial form”<sup>8</sup> (Low & Lawrence Zúñiga, 2013).*

O diálogo, enquanto elemento chave ao longo da etnografia, assumiu a intersubjetividade e mutualidade (Viegas, Mapril, 2012) necessárias à descoberta de palavras para exprimir experiências silenciadas, num resgate de *discursos ocultos* (Scott, 2013) no campo de discussão do PER, da habitação, do planeamento urbano e das dinâmicas humanas. Com a pandemia fui convidada a redesenhar o trabalho de campo, fazendo um *manto de retalhos* (Günel, Gökçe, Varma & Watanabe, 2020) em torno de inúmeras abordagens, que vieram romper com velhas tradições na etnografia de longas estadias no campo, de uma total imersão na cultura que se observa e separação do espaço casa com o *campo etnográfico*. Esta *manta de retalhos – patchwork ethnography* – define-se como:

*“[...] ethnographic processes and protocols designed around short-term field visits, using fragmentary yet rigorous data, and other innovations that resist the fixity, holism, and certainty demanded [...] that maintain the long commitments, language proficiency, contextual knowledge, and slow thinking that characterizes so-called traditional fieldwork<sup>9</sup>” (Günel, Gökçe, Varma & Watanabe, 2020, pp. 3).*

---

<sup>8</sup> Tradução livre: “Nós usamos o termos [...] “corporização” como um “campo metodológico indeterminado definido pela experiência da percepção e a presença e envolvimento no mundo”[...]. Corporização do espaço é o lugar onde a experiência humana e consciência assumem uma forma espacial e material.”

<sup>9</sup> Tradução livre: “[...] processos e protocolos etnográficos desenhados em torno de visitas de curta-duração ao campo, dando uso a informação fragmentada, detalhada, e outras inovações que resistam à rigidez, visão holística e certezas exigidas [...] que mantenham um compromisso num tempo longo de competência linguística, conhecimento contextual, e processo lento que caracterizam o “tradicional trabalho de campo”.

**Quadro 1: Caracterização das Entrevistadas**

	Conceição	Elisa	Liliana	Maria	Sara	Tuca
<b>Naturalidade</b>	Angola	Moçambique	Portugal	Portugal	Portugal	Cabo-Verde
<b>Idade</b>	60	71	31	31	30	58
<b>Escolaridade</b>	6ª Classe	4ª Classe	ANQEP Técnica de Contabilidade	Licenciada	Mestre	4ª Classe
<b>Profissão</b>	Empregada doméstica	Educadora de infância; empregada doméstica Reformada	Consultora Financeira	Animadora sociocultural, Educadora, Bloguer e lojista	Tradutora	Peixeira Empregada Doméstica
<b>Bairro de Origem</b>	Quinta da Serra	Quinta da Vitória	Quinta da Serra	Quinta do Carmo	Quinta do Carmo	Quinta do Carmo
<b>Permanência Quinta da Fonte</b>	Desde 1997	1997 a 2007	1997 a 2011; 2016 à atualidade	1997 a 2018	1997 a 2003	1997 a 2003
<b>Situação Atual</b>	Arrendatária no bairro	Proprietária no mesmo concelho	Arrendatária no bairro	Arrendatária no concelho de Lisboa	Arrendatária em França	Arrendatária em França

Demétrio Carlos Alves	Antigo Presidente da Câmara de Loures	Mandato de 22 de novembro de 1990 a 17 de junho de 1999
-----------------------	---------------------------------------	---

Quadro 1: Caracterização dos Entrevistados.

O elemento comum entre todas as entrevistadas está no facto de serem mulheres negras, trabalhadoras, realojadas num mesmo bairro e provenientes de bairros informais, neste caso na fronteira entre Loures e Lisboa: Quinta da Vitória, Quinta do Carmo e Quinta da Serra. Existe um elemento circunstancial, fruto da pandemia e da dificuldade e insegurança em fazer trabalho de campo, que é a relação de parentesco entre as entrevistadas. Ao recorrer à minha rede de amizades e comunidade formada no bairro, e que perdura até aos dias de hoje, desenhei uma recolha de entrevistas “mãe-filha” não intencional, mas que acaba por representar uma recolha importante para compreender as dinâmicas sociais urbanas assentes na figura da parentalidade, principalmente da mãe como importante mobilizador social, pois desde cedo existe uma troca de experiências laborais entre mãe e filha, que passa pelos fins de semana em que as mães levam as filhas aos seus locais de trabalho, em que as filhas ajudam nas tarefas mais simples, nos trabalhos “da patroa” ou de limpeza de condomínios. Existe uma transferência intergeracional de experiências laborais desde cedo que pode contribuir para a continuidade ou quebra de redes intergeracionais de precariedade.



*Imagem 3: Eu e a minha mãe no bairro da Quinta da Vitória, c. 1996.*

### **3.2. Um esboço de auto-etnografia**

Ter crescido exposta à realidade da minha mãe enquanto mulher negra e trabalhadora doméstica em Lisboa, colocou-me desde cedo numa posição de estranhamento sobre a forma como o seu corpo-sujeito circulava entre espaços. Percebi como as interações eram constantemente negociadas pelo silêncio, que a mulher que eu via interagir com a patroa de uma das casas que limpava era diferente daquela que eu conhecia por mãe em casa. Percebi, demasiado cedo, que essa negociação pelo silêncio seria praticada por mim também, num jogo de percepções, que passavam pelo facto do meu corpo ser a exceção em determinados espaços.

É em negociação de preconceitos e expectativas que o corpo-sujeito da mulher negra circula, ao longo do espaço urbano, por diferentes silêncios desempenhando papéis em função das estruturas de poder presentes quer sejam as de género, classe ou raça.

Nos espaços de exceção como os bairros informais e os bairros de realojamento encontramos um outro tipo de negociação em que mulheres como a minha mãe, se apropriam e transformam os espaços em algo mais do que uma paisagem de limites, escassez e precariedade, introduzindo novos signos de configuração socioespacial de casa-bairro. Esta dissertação procura de alguma forma reconhecer mulheres que como a minha mãe conseguiram moldar espaços com pequenos gestos de liberdade.

## **Capítulo 4: O urbano a partir das margens**

### **4.1. Metropolização, imigração e urbanização informal**

O processo de transformação urbana observado a partir das dinâmicas humanas das margens, é o que proponho trabalhar ao longo deste capítulo que começa com o processo de urbanização como berço de toda a transformação urbana moderna. Com a segunda revolução urbana (XIX-XX) nasce um novo espaço, a cidade moderna movida pelo desenvolvimento do capitalismo industrial (Ascher, 2012) enquanto centro de dinamismo económico capaz de atrair e criar uma nova população urbana que viria a contribuir para a construção de *novas dinâmicas e modos de vida* (ver p. ex. Wirth, 1938). À medida que os trabalhos de George Simmel, Robert E. Park, Ernest Burgess, e Louis Wirth vão sendo publicados sobre a nova realidade urbana, palco e produto de novas sociabilidades, torna-se evidente que existem diferenças objetivas na vivência da *urbanidade*. Classe, raça, costumes, e até mesmo os lugares de origem rural, passam a ser signos de comunicação urbana, enquanto “unidades sociais imediatamente perceptíveis” de distinção (Bourdieu, 2018 in Ascher, 2012, pp.147) num espaço onde, segundo Ascher:

*“A dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interações que as cidades oferecem, à sua urbanidade, isto é, ao poder multiforme que gera reagrupamento de grandes quantidades de população num mesmo lugar”*  
(Ascher, 2012, pp.21).

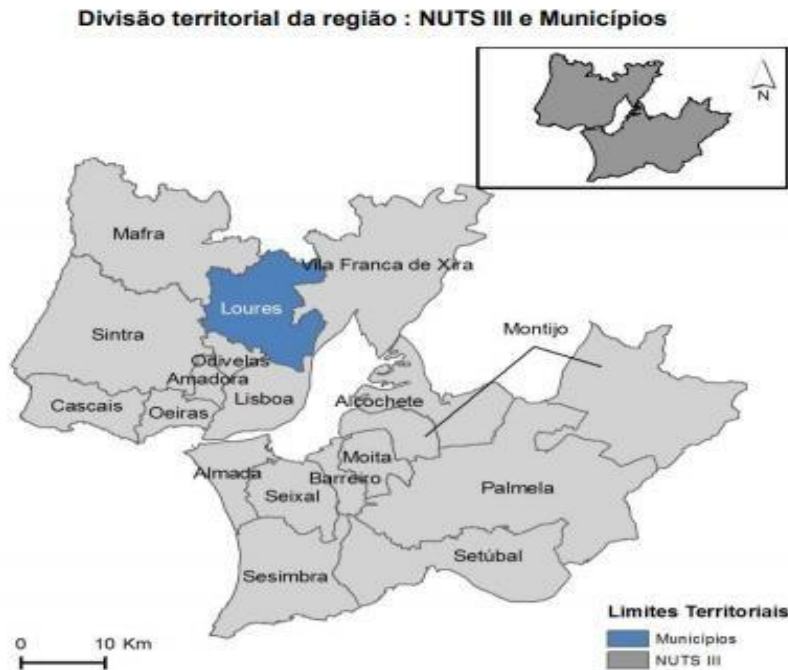
À medida que este processo se intensifica, entramos num outro estágio, o da metropolização, produto “(...) de um crescimento organizado dentro, à volta e a partir das aglomerações mais importantes” (Ascher, 2012, pp.105).

No caso português a metropolização a partir da década de 1950 e as mudanças nos fluxos demográficos, nomeadamente a imigração de países africanos a partir de meados dos anos 1970, constituem fatores essenciais para a realidade que hoje é a Área Metropolitana de Lisboa (Barata-Salgueiro, 1997). É com a entrada nas décadas de 50 e 70 que começamos a assistir a mudanças nos fluxos demográficos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa.

Lisboa apresenta-se como centro polarizador económico, movido por duas forças no que toca ao desenvolvimento urbano, o centro e as coroas periféricas. Com os anos de 1980 a AML passa por três processos, nomeadamente, de desconcentração residencial, desenvolvimento de novas centralidade e “ações de recentralização seletiva”, surgindo novas centralidades periféricas que contribuem para a produção de uma área metropolitana policêntrica e fragmentada (ibidem). Ao nível das áreas metropolitanas, criadas em 1991 (Lei n.º 44/91, de 2 de agosto) a de Lisboa depressa se assume como “a principal área urbana nacional, com quase três milhões de habitantes, representando cerca de 1/4 da população portuguesa” (CCDRLVT, 2020)<sup>10</sup>. Áreas densamente povoadas, “com grandes interligações e movimentos de pessoas, do centro para a periferia e da periferia para o centro”, com uma gestão interdependente entre municípios (Amaral & Ferraz, 2019), as áreas metropolitanas assumem tanto uma forma jurídica quanto institucional e de organização territorial com modelos e gestão próprias.

---

<sup>10</sup> Estratégia Regional de Lisboa. AML 2030. AML & CCDRLVT. junho 2020.



Mapa 1: Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, com Loures destacado a azul. Fonte: INE.2011.

A Área Metropolitana de Lisboa, composta por 18 municípios agrupados em duas sub-regiões, a norte do Tejo com a Grande Lisboa e a Sul com a Península de Setúbal, é a mais populosa do país com mais de 2 milhões e 800 mil habitantes (Censos, 2011) e a segunda região mais populosa, a seguir à Região Norte. Tem vindo a formar-se ao longo do século XX e presente, como um organismo vivo com diferenciações que resultam muitas vezes na manifestação de desigualdades e desequilíbrios na sua expansão e ocupação, acentuados por interesses económicos e de acumulação de capital (Harvey, 2012). É em resultado desses desequilíbrios que as comunidades precárias são empurradas para as margens e convidadas a fazer cidade em fronteiras já delineadas como a antiga Estrada Militar (Cachado, 2011, 2013) construindo barracas, com número e porta, e ruas adaptadas que nem estrias num corpo em crescimento. Com o “crescimento demográfico explosivo” da população, cresceram também os problemas de habitação.

De acordo com Barata-Salgueiro (1997):

*“Face à diminuta produção social de alojamentos as barracas e os bairros clandestinos crescem, as primeiras principalmente na cidade, enquanto os segundos são mais frequentes na coroa suburbana.”*

A configuração socioespacial da AML sofre drásticas transformações com os fluxos migratórios ao longo dos anos 70 e 80. A incapacidade de responder à demanda habitacional contribuiu para o crescimento de bairros de habitação informal, numa mistura demográfica muito mais heterogénea do que aquela observada no “primeiro estudo sobre os bairros informais degradados da área metropolitana” realizado por Salgueiro em 1972 (Taviani, 2019). Bairros informais suburbanos “mal equipados, pouco infraestruturados e quase nada planeados” (Carmo, 2019, pp. 193) que representavam o primeiro lugar, a *primeira casa* para muitos dos imigrantes de origem africana, como é referido neste excerto:

*“(…), muitos dos imigrantes, sobretudo de origem africana, devido aos baixos níveis de rendimentos e à inexistência de uma base de apoio familiar no local para onde se dirigiram, foram compelidos a instalar residência (informal) na periferia metropolitana”* (Carmo, 2019, p. 193).

Bairros de barracas e bairros clandestinos passaram a compor a paisagem urbana da AML, como espelho de uma crise e injustiça habitacional, produzindo aquilo que André Carmo (2019) denomina de processo de *urbanização da injustiça*. Este processo tornou-se mais visível com a utilização da categoria étnica como denominador comum de distinção. Rapidamente a pobreza suburbana é deixada para os novos migrantes, para os que ainda procuravam um lugar na cidade, que compravam e alugavam barracas e casas de alvenaria aos “portugueses rurais” em negócios clandestinos, de uma economia informal que proliferava perante a fraca resposta Estatal, ao nível da habitação, como refere Cachado:

*“Muitos imigrantes sem capacidade económica assentaram nestes bairros de barracas, onde, numa situação de ausência de loteamento formal, compraram casas ou terrenos a baixos custos aos primeiros ocupantes, refizeram ou construíram de raiz, e melhoraram a construção conforme a*

*disponibilidade para adquirir novos materiais. No caso específico da AML, a construção informal terá beneficiado do estatuto equívoco da antiga Estrada Militar, onde os bairros cresceram fortemente” (Cachado, 2013, p. 139).*

#### **4.2. A primeira casa**



*Imagem 4 Quinta da Vitória, 2006. Fotografia de Rita Cachado, com permissão.*

A presença de territórios e comunidades negras e afrodescendentes no município de Lisboa, como a Mouraria, é anterior ao século XX (Castro Henriques, 2019, p. 9). No entanto, é com a queda do Império Colonial e o 25 de Abril de 1974 que assistimos ao início da configuração humana e urbana da Área Metropolitana de Lisboa contemporânea preenchida de novas identidades categorizada pela interseção de histórias e geografias de um presente e passado, marcado por estruturas sociais de classe com origens no mundo rural (Cutileiro, 1971) e por um sistema de estratificação colonial (Domingos & Peralta, 2013), agora transportadas e reconfiguradas nas paisagens informais, limítrofes e suburbanas de Lisboa. As realidades informais e formais são-nos apresentadas como dois sistemas urbanos distintos, em oposição e conflito, mas deveriam ser enquadradas num sistema em continuum de cidade (Laguerre, 1994). Como refere Ayona Datta a propósito de Ananya Roy (2011) “a

informalidade urbana é um sistema de práticas espacializadas”, um modelo de urbanismo que transgride a “linha da propriedade”.<sup>11</sup> Representa o *habitus* dos que não são inseridos no sistema formal urbano e não têm meios financeiros para adquirir propriedade urbana. É importante olhar para os bairros informais para além da sua ausência de formalidade, para a sua ecologia enquanto ecossistemas construídos com um certo grau de complexidade, funcionalidade e diversidade, integrando a família, a habitação e uma organização de espaços público e privados, de atividade económica e de lazer, de atividade política, religiosa e, de manifestação de valores e emoções (Carvalho, 2007). Eduardo Ascensão (2013) e Rita Cachado (2011) investem nesse exercício, ao fazerem uma caracterização das gentes e lugares vividos que hoje já não existem, num exercício arqueológico de registo de memórias e emoções refletidas nas casas, bairros e comunidades perdidas (Traverso, 2012). Ao fazerem o registo dos elementos sociais, políticos, económicos e relativos ao ambiente edificado, documentam um ecossistema autoproduzido com lógicas de funcionamento próprias aos bairros e comunidades. Nesta dissertação fazemos um movimento similar, e iniciamos com o lugar de partida, a primeira casa num bairro de barracas, com o testemunho de Tuca, ao contar-nos como obteve a sua primeira casa depois de sair da casa da irmã:

*“A primeira casa foi uma barraca, mas o pai morava na casa da empresa, eram só homens, numa caserna. Em Sacavém compramos a barraca a um senhor chamado Djubenso, ele possuía duas barracas e vendeu uma. Depois tornou-se nosso vizinho. Depois de 2-3 anos clandestinos, a câmara fez recenseamento, e deu morada com número e endereço.”*

[Tuca, 58 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta do Carmo]

---

<sup>11</sup> “Informality as ‘a system of spatialized practices’ (Roy, 2003<sup>a</sup>: 15) is seen to be produced simultaneously by the modernist logics of urban planning (Roy and AL Sayyad, 2004, Roy, 2005) and by the social network through which the urban poor procure basic services and goods (Simone, 2004).” (Datta, 2012, pp. 7)

Tuca tinha chegado a Portugal em 1986 e o marido em 1973. Depois de uns meses a viver com a irmã juntou-se ao marido e compraram a sua casa na Quinta do Carmo a um antigo morador, que durante algum tempo permaneceu como vizinho no bairro. Enquanto isso, em Lisboa nasciam e cresciam bairros informais que viriam a ser abrigo de muitas famílias, em grande parte de origem africana e indiana, provenientes das antigas colónias que atravessavam convulsões de novas Nações em inícios de autodeterminação, e também de famílias ciganas. As famílias africanas juntavam-se às que haviam migrado do mundo rural para os centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida ao longo dos anos 1950 e 1960. De negócios imobiliários clandestinos e parcelamento de terrenos ocupados, estabeleceram-se novas famílias e barracas. Elisa, minha mãe, chega em 1988 ao Aeroporto de Lisboa com os seus três filhos na altura, recebida pelo marido que já se encontrava em Lisboa. O marido era militar, veio a Lisboa receber tratamentos na sequência de um ferimento de guerra, um tratamento que de temporário acabou por se tornar permanente quando deixaram de reconhecer os antigos combatentes da Forças Armadas Portuguesas no Hospital Militar de Maputo (Rodrigues, 2013). O marido ficou, e prontificou-se a trazer a família para a casa que tinha arranjado.

*“Era barraca, ele comprou uma barraca que tinha tudo, como prédio. O dono fez como prédio.”*

[Elisa, 71 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta da Vitória]

Quando lhe perguntei se tinha água e eletricidade, respondeu:

*“Tudo era roubado, puxado.”*

Conceição foi, das entrevistadas, quem chegou e teve de construir do zero a sua barraca, na Quinta da Serra, um fardo pesado para uma mulher que veio sozinha para Lisboa com os filhos. “Puxar” eletricidade e água potável, fazer fossas de esgoto adaptadas e acartar água no chafariz eram realidades comuns a todos os moradores de bairros informais.

Experiências como estas fazem parte de uma *urbanidade* sem plano, sem instrumentos estratégicos de desenvolvimento e ordenamento de território, e centradas em torno da casa, a casa possível.

De acordo com o Dicionário do Desenvolvimento por casa entende-se: *“um local seguro, do qual não corremos o risco de ser expulsos e com acesso a serviços de saúde e educação apropriados, bem como a um emprego digno. É a base da estabilidade e segurança de uma pessoa ou família. O centro da sua vida social, emocional e, por vezes, económica. A habitação é um direito humano e não uma mercadoria.”*

É na habitação, núcleo inicial do urbanismo de acordo com Andresen (1962) e pressuposto básico no acesso ao direito à cidade segundo Lefebvre (1968), que descodificamos as redes que nos abrigam, as micro-geografias sociais e espaciais que nos formam entre forças estruturantes pouco acolhedoras (Brickell, 2012). Os bairros de barracas são retrato de uma rede marcada pela adaptabilidade de casas que se expande, normalmente em altura, para além da família nuclear, de modo a incluir a família articulada, ou seja, “um agrupamento doméstico que compreenda duas ou mais famílias nucleares, aparentadas entre si” (Augé, 1978). A habitação é assim entendida na cultura dos bairros autoproduzidos como um sustento físico e maleável em função do parentesco, capaz de se adaptar às múltiplas tipologias familiares, servindo a sua função de abrigo e de lugar de acolhimento.

*“Não se pagava nada nem luz, nem água. Às vezes, a polícia tirava a luz, a água, e voltávamos a colocar tudo de novo. Conseguimos poupar bom dinheiro, tinha tanque no quintal individual, banheira, horta no quintal, animais, galinha, porco.”*

[Tuca, 58 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta do Carmo]

*“Tinha dois quartos, cozinha e sala, e casa de banho. E em cima era placa. E dentro da casa de banho também, tinha sanita, lavatório, banheira, tinha tudo.”*

[Elisa, 71 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta da Vitória]

*“A minha casa em particular, daquilo que me lembro, tinha 3 quartos, uma casa de banho enorme, um quintal para os animais, galinhas e coelhos, uma sala também muito grande e uma cozinha relativamente média, e ainda tínhamos um quintal da parte da entrada da casa. Tinha os meus avós, os meus avós maternos também moravam no bairro, o meu padrinho, a tia, colegas da escola com os quais depois continuei a fazer o percurso quando na Apelação.”*

[Maria, 31 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta do Carmo]

Estes três excertos descrevem uma realidade urbana cheia de vida e estruturas habitacionais desenvolvidas para além do elementar. Eram habitações preenchidas, tinham uma identidade própria, ligada a quem as construiu e remodelou. Estendiam-se até à rua, não apenas por falta de espaço como é comum registar-se, mas também por conta do espírito de comunidade, de pertença e partilha entre vizinhos, que deixavam as portas das casas abertas durante os dias de verão, fazendo da rua uma extensão da casa (Cordeiro & Vidal, 2019). A barraca é assim, produto de um processo de autoconstrução com técnica, criatividade e engenho das comunidades (Ascensão, 2013).

Um ponto importante abordado por Datta (2012) prende-se com as relações entre o Estado e os moradores de bairros informais, especificamente com o peso que a informalidade tem na composição identitária de quem lá vive e de como essa composição é indissociável da condição ilegal. É o *habitat* informal produzido no espaço urbano que define a identidade do morador, indissociável da condição de ilegalidade enquanto cidadão. O bairro informal é também um bairro ilegal (Datta, 2012):

*“Illegality is often subsumed within the practices of informality both in examination of everyday lives of squatters and in the practices of the state. Informality (and not illegality) therefore is often seen as the defining condition of everyday life within squatter settlements through which statecitizen relationships are negotiated”<sup>12</sup> (Datta, 2012, pp.7)*

---

<sup>12</sup> Tradução Livre: “A ilegalidade é frequentemente subsumida nas práticas de informalidade tanto na análise de práticas quotidianas dos ocupantes como pelas práticas do Estado. Assim

É nesta condição de informalidade sujeita ao controlo apertado do Estado, que as demolições, desalojamentos e realojamento surgem como práticas. É sobre estes processos que nos debruçamos no capítulo seguinte.

## Capítulo 5: O realojamento

*“Sabes, por vezes sinto que nos tiraram dos bairros de barracas horizontais para nos meterem num bairro de barracas vertical.”*

[Liliana, 31 anos, antiga moradora da Quinta da Serra]

Neste capítulo, exponho a experiência das mulheres no realojamento, atendendo aos diferentes elementos que o definiram na altura. Em complemento, procuro com os trechos do antigo presidente da câmara, fazer uma ponte entre as *experiências vividas* e a cronologia *oficial* do realojamento. Antes, no entanto, importa fazer uma breve contextualização do processo de realojamento em Loures.

### 5.1. O realojamento em Loures

Nos anos de 1980 eram cerca de 4 mil barracas que existiam no concelho de Loures<sup>13</sup>. A falta de habitação e o aumento da população nos anos 1960 e 1970 levou à ocupação de quintas, palacetes e outras propriedades rústicas, por casas de madeira, zinco, contraplacado e alvenaria, fruto do engenho humano. Erguiam-se assim casas que compunham a paisagem, muitas vezes sobrelotadas, na sua maioria precárias e sem infraestruturas básicas. Com o intuito de responder à rápida urbanização, na forma de propriedades ocupadas por núcleos de barracas, Loures foi adotando na época algumas soluções

---

sendo, é através da informalidade (e não a ilegalidade) que o dia-a-dia é definido para os ocupantes dos assentamentos, onde as relações entre Estado-cidadão são negociadas.”

<sup>13</sup> Loures Municipal, Edição n.º47 janeiro de 2013, Revista do Município de Loures.

habitacionais. Destaca-se nos anos 1970, após o 25 de Abril de 1974, o Serviço ambulatorio de apoio local (SAAL) e nos anos de 1980 a promoção de dois tipos de projetos: um assente num regime de autoconstrução, que favorecia a construção de casas pelos proprietários em terrenos cedidos pela Câmara, assim como o projeto de arquitetura; e outro num regime de autoacabamento, em que os proprietários só assumiam os acabamentos depois de a Câmara construir toda a estrutura e cobertura da habitação. É nos anos de 1990 que surge ainda um Acordo de Colaboração entre o Instituto Nacional da Habitação e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado no sentido de responder ao realojamento das famílias despejadas do Lar Panorâmico em Camarate, em 1993, num total de 199 fogos na Quinta das Sapateiras em Loures, tendo ainda havido a construção de fogos no Catujal. Com o PER publicado em 1993, Loures avança com o recenseamento em 1994, contando 3904 barracas para a primeira fase de realojamento. A adesão ao PER é finalizada a janeiro de 1995.

Para a concretização do PER, o município de Loures procedeu à “aquisição de habitações e partes acessórias”, assim como à “aquisição total ou parcial de empreendimentos de habitação de custos controlados e aquisição e infraestruturização de terrenos e/ou construção de empreendimentos habitacionais de custos controlados, incluindo as partes acessórias das habitações e os espaços destinados a equipamentos sociais”. Foi esta a forma que Loures encontrou em 1996 e 1997 para responder à “erradicação das barracas existentes e ao conseqüente, realojamento dos seus ocupantes em habitações de custos controlados.” O processo de realojamento foi marcado por fases que começaram com “o recenseamento prévio das populações a alojar, com anos de desfasamento entre o recenseamento e o alojamento, sem que estas populações tivessem um envolvimento assinalável no processo” (Rodrigues, 2013).

A desresponsabilização político-administrativa que o tema da habitação suscitava por parte das câmaras municipais devia-se ao facto da habitação ser entendida como:

*“(...) uma competência e uma atribuição da administração central do Estado. Não eram as câmaras municipais que tinham a competência de mandar fazer habitação, sobretudo habitação dita social.”*

[Demétrio Alves, antigo presidente da CML]

O realojamento na Quinta da Fonte surge como resposta rápida perante a pressão pública de erradicar os bairros de barracas que interrompiam a construção dos acessos viários à Ponte Vasco da Gama por um lado, e a paisagem da Expo 98', por outro,

*“Tínhamos muitas zonas com barracas onde tinham de passar as infraestruturas fundamentais para chegar à Expo. Era mais para o lado de Sacavém, Portela. (..). [E havia ainda a] situação dos resíduos sólidos, aterros, o rio Trancão [era um esgoto que passava por ali] e eram situações que tinham de ser resolvidas entre 1994 e 1998. Em Loures cidade, já estavam a construir para realojar famílias de Camarate. E começámos a fazer paulatinamente, várias soluções.”*

[Demétrio Alves, antigo presidente da Câmara de Loures]

## **5.2 Relembrando o realojamento**

O envolvimento e a participação das famílias no processo de realojamento da Quinta da Fonte foi mínimo, sendo marcado por um misto de passividade e confusão por parte das famílias. Estas deparavam-se com visitas sem pré-aviso dos técnicos, que invadiam o seu espaço doméstico para recolher informação sobre os agregados familiares. Informação essa que viria a informar o destino do agregado, mas da qual este último nem sempre tinha conhecimento:

*“Eu fui a primeira pessoa a sair naquele bairro, com a mãe do Nuno porque também tinha 3 filhos sem condições, e nós também. Tiraram as nossas famílias, primeiro. Só que a mãe do Nuno teve sorte e foi para Odivelas, eu quando pedi disseram-me que não e foram pôr-me lá mesmo, na Apelação.”*

[Elisa, 71 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta da Vitória]

Neste excerto, Elisa manifesta a sua confusão ao não perceber o motivo para duas famílias da mesma rua no bairro da Quinta da Vitória serem realojadas em bairros diferentes, mas ainda maior é a sua perplexidade ao ser-lhe recusado o pedido de ser realojada no mesmo bairro que a sua, até então, vizinha. As relações de vizinhança representavam laços e suportes comunitários duradouros e essenciais ao quotidiano urbano, e estavam a ser quebrados e fragmentados em função do realojamento. A fragmentação aparentava ser condição para usufruir do direito a uma habitação condigna. Mas esse não era o único motivo para Elisa manifestar o seu desconforto com o realojamento na Quinta da Fonte: a localização era um outro e importante motivo. Muitos indivíduos e famílias realojadas alimentaram a esperança de que ao ser-lhes atribuída uma habitação decente, ser-lhes-ia igualmente reconhecido o direito à cidadania e à cidade (Carmo, 2019). Mas cedo se percebeu que o realojamento no bairro da Quinta da Fonte não resultaria nem seria um progresso no usufruto da cidade. O PER não se limitou a contribuir para uma nova espacialização da pobreza e produção de novas configurações urbanas. Ele contribuiu também para novas formas e estruturas urbanas de distinção espacial do habitar. É através das ausências, precariedade e vulnerabilidade que percebemos que o bairro representa uma realidade urbana de quase isolamento em relação ao restante da área metropolitana. Assim, é possível defender que para a comunidade de realojados no bairro da Quinta da Fonte, houve um exercício de redistribuição e reprodução de velhas dinâmicas ao mesmo tempo que se produziam novas dinâmicas fruto da nova configuração social e espacial, como é visível neste excerto:

*“Nos primeiros dias não havia transportes dentro do bairro, tinha de andar um pouco no mato, com medo. Mas com o passar de 1 a 2 anos os autocarros começaram a entrar no bairro.”*

[Elisa, 71 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta da Vitória]

Foram precisas semanas até que os transportes parassem nos limites do bairro, e dois anos para que a Quinta da Fonte tivesse um transporte que entrasse dentro no bairro.

*“Fiquei tão contente de morar num prédio que aceitei morar na Quinta da Fonte, mas se eu soubesse teria aceitado o dinheiro e comprava minha própria casa, mas era sem noção nessa época.*

[...]

*Gostei muito no início porque era limpo, novo, mas quando começaram a chegar pessoas menos recomendáveis o ambiente ficou muito mau, e a criminalidade aumentou.”*

[Tuca, 58 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta do Carmo]

Tuca manifesta o seu arrependimento e desagrado com o andar dos anos no bairro perante o aumento da criminalidade. Antes mesmo destas famílias serem realojadas no bairro da Quinta da Fonte, já existiam rumores e conversas entre moradores de que o realojamento ali não seria a melhor opção. O processo do realojamento e a localização foram os principais problemas manifestados pelas entrevistadas. A Quinta da Fonte enquanto bairro alimentou uma insatisfação tanto pela localização periférica, como pela imagem social negativa, assumindo o bairro um “caráter estigmatizante, por não ser um bairro igual aos outros”. (Cotrim et al., 2001).

Tanto Elisa, como Tuca e Maria fizeram parte do realojamento no âmbito do acordo com a Lusoponte, um “realojamento parcial [que] foi feito no âmbito das obras de reestruturação das vias de acesso à ponte Vasco da Gama” (Cachado, 2013, pp. 477-49).

*“Eles (da câmara) nos ajudaram a mudar as coisas do sítio. Fomos para a Apelação após 7 anos da barraca. Começaram a fazer obras para a ponte Vasco da Gama antes de nos desalojar. “Atrás da nossa barraca morreram 2 crianças por negligência, porque a construtora deixou um “buraco” aberto sem limitação de terreno, onde as crianças se afogaram. E não houve indemnização por problemas/disputas familiares. A partir daí começou o processo de realojamento para o bairro da Quinta da Fonte. Na verdade, foi a morte trágica destas crianças que acelerou o processo.”*

[Tuca, 57 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta do Carmo]

Tuca põe em evidência o tempo longo entre o primeiro recenseamento e o realojamento final. Ao longo das entrevistas foi possível testemunhar também que o processo para as entrevistadas foi marcado por tempos e episódios distintos dos oficiais. O processo é recordado pelas entrevistadas na seguinte ordem: o primeiro recenseamento; segue-se um longo período vazio de espera, até ao terceiro momento marcado pelo último recenseamento e por fim o realojamento final. No entanto, existia por parte das entidades oficiais a convicção não só de que as demoras em implementar o PER, embora criassem enorme ansiedade nos destinatários, fizessem parte do processo, assim como as soluções urbanas e habitacionais estabelecidas que, não sendo perfeitas, faziam antever os problemas que vieram a acontecer.

*“Havia completa noção de que este tipo de realojamento é muito problemático. A situação das habitações degradadas é muito má, mas as soluções também são muito complicadas, eram igualmente más, em vários países. As torres muito altas, as tipologias de edifícios, (...) tudo isso era conhecido pelos nossos técnicos, aquilo não era só uma questão de construção civil e o dinheiro. Há as pessoas, o contexto humano, as questões socioculturais, as questões socioeconómicas. Nós por darmos uma casa nova a uma pessoa não lhe mudamos o estatuto social.”*

[Demétrio Alves, antigo presidente da CML]

Os moradores dos núcleos PER, viviam em estado de permanente ansiedade sobre a possibilidade de chegarem ao bairro de barracas vindos do trabalho e encontrarem as suas casas demolidas sem aviso prévio (Ascensão, 2015). Do recenseamento e desalojamento até ao realojamento, a memória destas comunidades ficou marcada por uma relação de desconfiança face aos poderes públicos na gestão dos interesses da habitação, medo e vulnerabilidade que se mantém até hoje.

## **Capítulo 6: Olhando para as mulheres negras**

### **6.1. A mulher negra e afrodescendente no espaço urbano, presente**

O difícil acesso a uma habitação condigna criou realidades paralelas de exclusão urbana e social, mas onde as mulheres e, em particular, as mulheres negras assumem um papel relevante de resistência e liderança na contestação em diferentes locais da AML. Histórias como a do despejo de cinco famílias no Catujal, em 2021, entre elas uma família afrodescendente com crianças menores e uma mãe solteira e desempregada, que sem aviso prévio viram as suas vidas suspensas e reduzidas a sacos de lixo com alguns pertences. (Barreto, 2021) dão-nos esse contexto. Mas por exemplo em locais como o Bairro da Torre, sem eletricidade (Lusa, 2017) uma mulher negra assumiu o papel de representante dos moradores do bairro, sendo mesmo apelidada de “mãe do bairro”, lutando até hoje por um realojamento digno, próximo dos locais de trabalho e de estudo. E ainda outro caso, o de uma mulher negra, de origem angolana, que foi impedida pelos vizinhos de entrar na casa que lhe foi atribuída pela autarquia de Vila Franca de Xira (SIC, 2013), porque os restantes moradores diziam que aquelas habitações deviam ser exclusivamente atribuídas às famílias dos pescadores, excluindo qualquer possibilidade de atribuição a famílias negras e ciganas. Nestas situações, às quais se podem juntar muitas outras, estão mulheres negras, que enfrentam inúmeras barreiras para aceder ao simples direito de viver com dignidade. Algumas escolhem contar, expor e dar a cara pela injustiça urbana que se perpetua invisível e invisibilizada nos espaços de discussão, formação e decisão sobre o urbano. Estas realidades retratam a experiência marcada por múltiplas intersecções a que a mulher negra está sujeita (Crenshaw, 1990; Jones, 2008; González, 2020), numa longa luta que passa pelo acesso ao ensino, ao mercado de trabalho qualificado e bem remunerado, até ao direito à segurança e dignidade habitacional, social e cultural. A luta das mulheres negras contra a exclusão social e urbana faz parte do nosso quotidiano e, ainda assim, é invisibilizada pela ausência de dados, documentação e registos que permitam compreender os níveis de pobreza, educação e oportunidades laborais. Na Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) é complicado perceber a ausência de políticas e medidas concretas de recolha e

documentação de vivências e experiências da comunidade negra e afrodescendente em Portugal<sup>14</sup>, e consequente inação na superação das desigualdades, práticas discriminatórias e precarização de vidas humanas que integram a paisagem social do país. É num campo histórico e teórico de invisibilidade sobre processos urbanos, que as mulheres negras se assumem, se adaptam, mas acima de tudo se apropriam de espaços e lugares como forma de resistência e presença nos espaços urbanos.

## **6.2. A mulher negra e afrodescendente no espaço urbano, história recente**

Kesha Fikes (2009), antropóloga norte-americana, explorou os processos de exclusão das mulheres negras na sua maioria de origem cabo-verdiana no mercado de trabalho e espaço urbano da área metropolitana por meio de uma *racialização* de trabalhos precários. Numa mesma altura em que a vaga de imigrantes da comunidade PALOP compunha a paisagem urbana da AML e convidava ao resgate de velhas definições do que é ser português, eram criminalizadas as peixeiras cabo-verdianas no Cais do Sodré. Inserido num mesmo processo de europeização do país e em particular da AML, desenvolviam-se mecanismos de distinção de espaços e corpos-sujeitos ao longo do espaço urbano metropolitano, em que a criminalização e consequente extinção das peixeiras cabo-verdianas coincide com o realojamento e eliminação dos bairros de barracas. A informalidade da mulher negra nos espaços urbanos é símbolo de resgate de mecanismo de sobrevivência e resiliência urbanas, que contribuem para uma autonomia e independência destas mulheres face aos salários baixos e precários dos trabalhos *formais* das limpezas, da *patroa*, e serviços. Fikes (2009) aborda ainda a criminalização da informalidade no corpo-sujeito negro, à medida que, estas mulheres negras eram impossibilitadas de continuar a vender peixe, enquanto outras mulheres continuavam a exercer a *liberdade de serem elas mesmas*. À medida que as mulheres cabo-verdianas aderiam ao trabalho formal da limpeza como principal fonte de rendimento, estas começaram a perder o seu poder económico e social em relação à restante população. Tinham deixado de ser donas de si, empreendedoras do seu próprio

---

<sup>14</sup> “Populações naturais ou provenientes de África estabelecidas em Portugal, incluindo os respetivos descendentes.” Vasconcelos, J. (2012).

trabalho, para passarem a ser a farda, o serviço e o silêncio no espaço. O fantasma colonial/pós-colonial (Ascensão, 2013) assumia-se não só com a delimitação espacial dos habitantes urbanos, como, também através das profissões e trabalhos desempenhados. Nas décadas de 1990 e 2000 a mulher negra vê-se socialmente empurrada para trabalhos precários que na sua maioria correspondiam a performatividades colonial de mulheres africanas contratadas para irem à *cidade branca* limpar, para no final do dia regressarem aos *caniços*. Havia assim uma imposição estrutural e organizacional a ser desenvolvida, consciente ou inconscientemente, que produzia cultura urbana. Uma cultura de oposição, de negação, restrição, vigilância, e exclusão de sujeitos na sua maioria negros, e com especial incidência na mulher negra.

### **6.3. A mulher negra e afrodescendente no espaço urbano, Quinta da Fonte**

O lugar da mulher negra na cidade pós-colonial oscila, portanto entre o papel de resistência e contestação e a sujeição a estruturas sociais no espaço. No bairro de realojamento, algumas reportam diretamente à condição de mulher. Por exemplo quando caminhamos pelo bairro durante a tarde, é perceptível quão demarcada é a ocupação do espaço público em função do género. São na maioria homens que preenchem os bares e cafés que se apresentam abertos, são igualmente os homens que mais se vêm encostados a paredes, sentados em escadas ou ao longo do passeio. Enquanto é perceptível a existência de lugares de permanência para os homens, para as mulheres parece que o único ponto de permanência é a casa e, em muitos casos, a janela, enquanto lugar de partilha, conexão e visibilidade, mas que nos remete ainda assim ao espaço interno e privado da casa, como podemos ver no testemunho de Elisa:

*“Eu ficava em casa, não vivia na rua, quando me vias na rua era para ir para o trabalho e vir do trabalho. Eu vivia na minha casa, só. Nem eu nem os meus filhos, tinha medo, tinha medo. (...) De ouvir os tiros todos os dias.”*

[Elisa, 71 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta da Vitória]  
O espaço público que mais frequentemente eram as paragens dos transportes coletivos públicos, na entrada e saída do bairro:

*“O espaço público frequentava (...) numa vertente de apanhar os transportes.”*

[Maria, 31 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta do Carmo]



*Imagem 5: Mulheres à espera do autocarro. Bairro da Quinta da Fonte, Loures. Fotografia da autora, 2021.*

As mulheres ultrapassam quotidianamente as fronteiras externas do bairro sem alguma vez transpor as internas. Ainda que seja claro que as dinâmicas laborais têm um impacto determinante nas dinâmicas das mulheres no bairro, percebe-se que não existe uma ocupação continuada do espaço público por parte da mulher no bairro. Um dos poucos espaços onde as mulheres agem na esfera pública são os espaços associativos e/ou de ensino:

*“A dada altura frequentava muito o espaço público porque trabalhava na escola da Apelação...já foi há bastante tempo, durou 5 anos, dava aulas de Religião e Moral Católica... antes tinha começado como animadora sociocultural do Miniclube de Cidadania, e depois entrei para a*

*Associação de Jovens da Apelação e depois para a Associação Vitamina de Cristo (Vitamina C).”*

[Maria, 31 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta do Carmo]

As hortas urbanas são um outro espaço onde a presença das mulheres é continuada. Surgiram logo a partir de 2000, como uma manifestação sintomática de quem teve uma primeira vida urbana informal, no bairro de barracas, em que as hortas e a criação de animais faziam parte da cidade; mas também, mais tarde, com uma reação à insustentabilidade urbana e financeira que afetou algumas das comunidades de bairros de realojamento a partir da crise económica da *troika* (2011-2014) e que voltou com a pandemia. Inicialmente, uma pequena área começou a ser trabalhada por uma moradora, e depois foi crescendo em número de pessoas e organização. Construíram-se as barracas para o material e ferramentas, ergueram-se vedações, fizeram-se os furos de água e parcelou-se de forma a que houvesse boa convivência entre todos. Das hortas têm saído o alimento e a poupança de muitos, contribuindo para uma pequena fonte de receita para algumas famílias. Por exemplo, é das hortas que Conceição retira uma boa parte do seu sustento mensal com couves, alfaces, batatas e tomates. Não só consegue encher a sua despensa, como ainda tenta vender o que sobra.



*Imagem 6: Conceição a caminho das hortas. Bairro da Quinta da Fonte, Apelação, Loures. Fotografia da autora, 2021.*

As divisões são feitas de acordo com as origens étnicas e relações de confiança, entre angolanos, cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses. São hortas informais, organizadas pelos próprios, um espaço que vem crescendo na sua dimensão e relevância no bairro, como espaço vital nas dinâmicas quotidianas, e que não se limita às mulheres do bairro, ainda que nesta horta sejam essencialmente moradores africanos, de origens múltiplas, a ocupar o espaço. As hortas informais faziam parte da rede de sociabilidade dos bairros autoprozuidos e que por momentos foi interrompida, descontinuada e até mesmo bloqueada com o realojamento. A sua reinserção na sociabilidade urbana, por parte dos moradores, é não só uma manifestação de apropriação de um espaço, como é também a reivindicação de um modo de vida que faz sentido para os moradores e para a comunidade no seu todo. É uma relação que se prolonga, de simbiose entre o ser humano e a terra, de trabalho, de cultivo, de vivência e sobrevivência, característico das comunidades migrantes na cidade. Um dos temas mais estudados quanto ao realojamento é a relação entre a casa e o bairro. Como refere Pinto (1994), logo no início do PER, existe uma

dessintonia entre estes dois elementos, na sua formulação do ‘gosto pela casa e desgosto pelo bairro’. O mesmo sentimento ecoa nas palavras de uma entrevistada:

*“Eu da casa gostei, embora os materiais fossem uma porcaria. No primeiro dia, abri os armários e caíram as portas. (...) [Mas] a casa era bem aberta, os quartos também, com duas casas de banho. Só que com o andar do tempo comecei a ter problemas de entupimentos nas casas de banho e quando ia à Câmara, eles não queriam saber, levávamos os recibos, mas não nos pagavam. Havia um erro de construção e isso provocou mais entupimentos, 4 vezes, mas ninguém me pagou, fui eu que tirei o dinheiro.”*

*“Eu do bairro, gostava do cheiro, era novo e era muito bom. Mas o ambiente não gostei, porque era sempre tiroteio e confusão. (...) Via todo o lado em Lisboa lugares para as crianças brincarem, mas ali no nosso jardim não havia nada, era campo só. Também as crianças ali não se deixavam à vontade, por causa da confusão que havia.”*

[Elisa, 71 anos, ex-moradora; antiga moradora da Quinta da Vitória]

Na última frase vislumbra-se mais uma vez um dos elementos mais associados à Quinta da Fonte, a violência e os tiroteios recorrentes que em certos anos aconteceram, além das tensões entre moradores ciganos e africanos:

*“Naquele tempo os filhos de ciganos roubavam e ameaçavam. Os nossos filhos tinham de viver dentro do prédio, não podiam ter uma bicicleta. Quando cheguei lá não havia esse problema das armas, mas com o andar do tempo isso passou a acontecer todos os dias.”*

Ainda que sejam identificadas manifestações de apropriação do espaço do bairro por mulheres negras, elas são limitadas pela insegurança e instabilidade nas relações de vizinhança. Acrescentam-se os problemas estruturais das habitações que convidam a um estado de desagrado e conseqüente fuga lugar a que se chama casa. Estes testemunhos aqui reproduzidos são retrato de

insustentabilidades urbanas demasiado comuns a bairros de realojamento, espaços onde se acreditava num novo e melhor *habitar*.

## Conclusão

*“When you’re poor, what happens is it seeps through your mind. It’s not just a financial state. It’s an invisibility state. It’s a worthlessness state”<sup>15</sup>*

Viola Davis

Nesta dissertação propus que se rompesse com o silêncio sobre as experiências de realojamento na AML, tendo em consideração aquelas vividas por mulheres negras no âmbito do PER. O realojamento, que contribuiu de modo gradual para o desaparecimento de uma realidade preenchida por bairros de barracas, não se inibiu de criar uma nova realidade de exclusão em alguns bairros de realojamento. O que podia ter representado uma urbanização mais justa (Harvey, 2010, 2013; Carmo, 2019) resultou na produção de territórios segregados, estigmatizados e de exclusão (Wacquant, 2008, 2017), onde as marcas da pobreza se manifestam no distanciamento socioespacial dos bairros com a envolvente e na falta de serviços, comércio e/ou emprego nas proximidades. Esta realidade contribui para a continuidade da precariedade das comunidades de realojados. A existência de um quotidiano dentro do bairro, entre moradores e vizinhos, marcado por linhas de separação e divisão com contornos étnicos, de género e de propriedade, que apenas assumem um carácter de visibilidade para o exterior quando se tornam violentas, contribuiu também para a perpetuação da estigmatização territorial (Rolnik, 1999; Wacquant, 2008; Wacquant, et. al., 2014). Não só desencadeou a fuga de famílias do bairro, como tem vindo a contribuir para a luta de famílias a viver ainda em bairros informais na procura de soluções que não passem por bairros de realojamento.

Das minhas entrevistadas para esta dissertação, várias já saíram do bairro. Ao fim de seis anos a viver no bairro, Tuca e sua família saíram em busca de uma

---

<sup>15</sup> Tradução livre: “Quando és pobre, o que acontece é que se infiltra na tua mente. Não é apenas um estado financeiro. É um estado de invisibilidade. Um estado de inutilidade.» Viola Davis, entrevista a programa da CBS 60 Minutes, 7/12/2020.

habitação própria. Pouco depois, em 2007, saiu Elisa com sua família, sendo que no período pós tiroteio em 2008, foram muitas as famílias que procuram fugir de um lugar marcado pela exclusão. Sair do bairro não é uma opção viável para todas as mulheres, mas permanecer e viver num quotidiano exposto ao medo e à violência torna-se um fardo demasiado pesado para muitas famílias. Entre as entrevistadas, são as mulheres que vivem próximo dos limites do bairro que ainda lá permanecem. O facto de não estarem tão expostas à violência do dia-a-dia, ajudou a criar um certo distanciamento da realidade que se vivia.

De que forma podemos relacionar o registo das experiências destas mulheres com o planeamento urbano? Reconhecendo o planeamento urbano como um processo institucionalizado para a produção de espaços urbanos, capaz de compor, determinar, construir e destruir comunidades, torna-se imperativo vê-lo não exclusivamente como uma ferramenta técnica mas igualmente como um processo que se visa integrador e participativo, a médio e longo prazo, para a produção de uma urbanização sustentável.

De acordo com Henri Lefebvre (2012), “a cidade e o urbano não se podem compreender sem as instituições saídas das relações de classe e de propriedade”, às quais acrescento as de género e raça num exercício de observação interseccional da realidade espacial produzida. Tanto o planeamento urbano quanto o ordenamento do território têm por objetivo o desenvolvimento social e económico como princípio primordial, através da criação de padrões de vida e de trabalho adequados a todas as camadas sociais, promovendo a inclusão e coesão territorial, social e urbana. De acordo com as Diretrizes internacionais para o planeamento urbano e territorial da UNHABITAT de 2015<sup>16</sup>, o planeamento urbano e territorial pode ser definido como:

«(...) um processo de tomada de decisões cujo objetivo seja atingir metas económicas, sociais, culturais e ambientais por meio do desenvolvimento de visões espaciais, estratégicas e planos, bem como a aplicação de um

---

<sup>16</sup> Diretrizes Internacionais para Planeamento Urbano e Territorial. 2015, Nairobi, por ONU-Habitat. (<https://unhabitat.org/>)

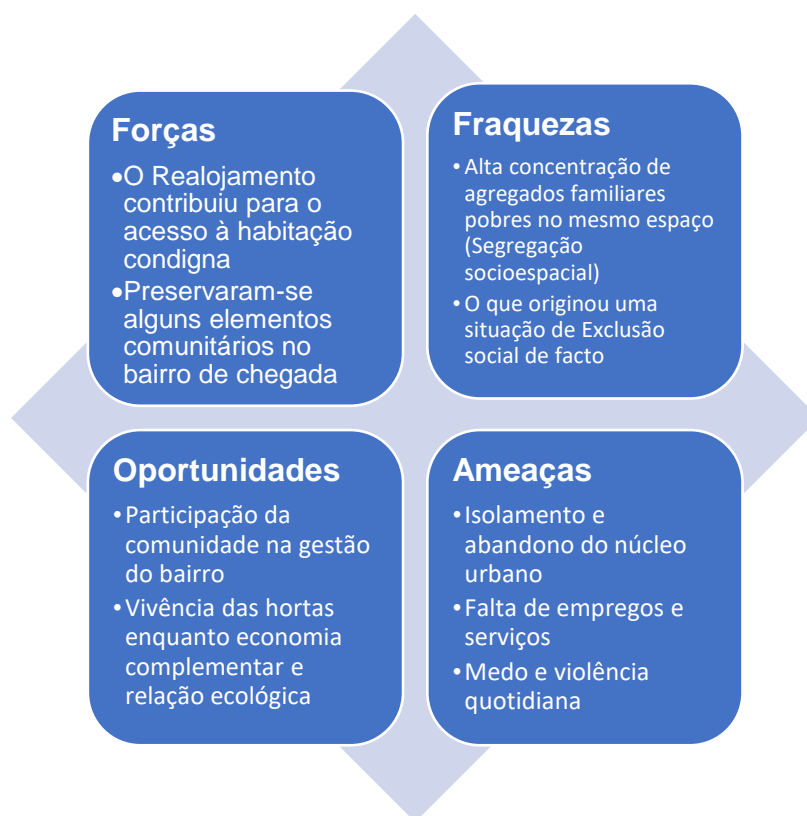
conjunto de princípios políticos, ferramentas, mecanismos institucionais e de participação e procedimentos regulatórios.»

Planear o urbano é pensar, programar, implementar e agir a várias escalas, das quais destaco a do bairro, da cidade, do município e da área metropolitana. À escala do bairro, a falta de coesão e inclusão social, assim como a ausência de uma participação ativa na gestão dos espaços públicos, têm contribuído para a produção de um espaço desintegrado, com dinâmicas demarcadas pela diferença, escassez e insegurança no interior do bairro. À escala das cidades e dos municípios, falta a criação de sinergias e articulações entre áreas urbanas distintas, que resulta numa clara desarticulação entre o bairro e as restantes áreas urbanas. À escala metropolitana, atendemos à necessidade de planos de coesão espacial, de esbatimento de desigualdades, promovendo o desenvolvimento económico.

O PER surgiu como um importante programa de acesso à habitação condigna e inserção urbana das comunidades mais pobres. No entanto, a falta de inclusão e participação ativa destas mesmas comunidades e principalmente das mulheres nos tecidos social e urbano da cidade tem vindo a contribuir para o surgimento de outras problemáticas sociais e económicas visíveis nas dinâmicas e vivências espaciais internas e externas ao bairro através dos seus atores sociais.

Incluir a comunidade como um ator social e observar as dinâmicas dos atores sociais no teatro urbano, em particular através da lente das mulheres negras entrevistadas, permite-nos introduzir a perspetiva de género no processo de produção de *habitat* e de espaço urbano, bem como reconhecer os desafios que surgiram perante a ausência de um planeamento integrado.

O recurso à análise SWOT em torno do processo de realojamento no bairro da Quinta da Fonte permite identificar: as forças da Comunidade, pela sua diversidade, e do realojamento em si, enquanto ação de erradicação da pobreza e acesso à habitação condigna; as oportunidades decorrentes da expansão das hortas e da participação mais ativa da comunidade na gestão do bairro; as fraquezas, nomeadamente a exclusão social e a segregação socioespacial e as ameaças associadas ao isolamento urbano, à falta de emprego e serviços de proximidade (ver Imagem X).



*Imagem 1: Análise SWOT*

Programas como o PER devem contribuir para o desenvolvimento socioeconómico e a mobilidade social de comunidades mais vulneráveis, indo além do realojamento. A produção de novas urbanidades, de forma a esbater as diferenças e carências socioeconómicas, pode e deve contribuir para a integração espacial, social e económica das comunidades afetadas ao processo. Planejar o urbano é “reformular formatos e funções de cidades e regiões, visando gerar crescimento económico endógeno, prosperidade e emprego, lidando com as necessidades dos grupos mais vulneráveis, marginalizados e carentes” (UN-HABITAT, 2015)

Este registo de experiências de realojamento de mulheres, e em particular de mulheres negras, é também um exercício de inclusão destes atores sociais no campo do urbanismo e do planeamento urbano.

A experiência destas mulheres deve ser entendida como uma janela de observação sobre um processo de realojamento, atendendo à importância do

planeamento urbano integrar e incluir as comunidades realojadas como atores participativos na produção, estruturação e apropriação do espaço urbano, de modo a que novos processos contribuam para uma maior aproximação do que é um planeamento integrado e sustentável, pautado pela ação e participação de todos os envolvidos.

As experiências das mulheres em relação aos espaços de habitação social produzidos, tem sido um assunto secundário aos interesses do planeamento e processos de realojamento. Perceber que implicações tem a configuração espacial de determinado bairro sobre o quotidiano, qualidade de vida e oportunidades das mulheres que nele habitam, que impacto tem a localização e as acessibilidades na deslocação e acesso a serviços, deve fazer parte dos elementos a considerar quando se pensa num espaço a produzir. Para o bairro da Quinta da Fonte, não foi só a produção do espaço, mas o próprio processo de realojamento que criaram dissabores que marcam a realidade de quem lá vive ao fim de mais de vinte anos. Tendemos a esquecer-nos de que a produção e transformação nos espaços urbanos também tem implicações sobre a urbanidade e os modos de vida de quem habita esses espaços. O bairro da Quinta da Fonte é prova de que a formalidade não é sinónimo de uma ação concertada e planeada, nem de melhores condições de vida. É, sim, espelho de uma realidade urbana com estruturas capazes de produzir cultura mais ou menos adequadas às comunidades nelas inseridas. É o resgate da informalidade como forma de apropriação e transformação dos espaços formais, na transformação e criação de redes de funcionamento e organização próprias, movidas em grande parte por mulheres negras nos seus bairros que despertou a urgência de registar a experiência dos processos urbanos por esta lente que não se assume presente nos discursos oficiais sobre planeamento e transformações urbanas.

## Bibliografia

Agamben, G. (2005). *The state of exception*. In *Politics, Metaphysics, and Death*. Duke University Press, 284-298.

Agier, M. (2011) *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

Anderson, B. (1991). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres. Verso.

Andresen, J. (1962). *Para uma cidade mais humana*. Porto. edição do autor.

Alves, A. R. (2019). “*Para eles, nós não somos humanos!*”: *habitação, território e a monitorização de violências racializadas em Portugal*. *Revista Direito e Práxis*, 10, 2068-2096.

Alves, A. R. (2021). *Quando Ninguém Podia Ficar – Racismo, habitação e território*. Lisboa. Tigre de Papel.

Ascensão, E. (2013). *A barraca pós-colonial: materialidade, memória e afecto na cidade informal*. In N. Domingos e E. Peralta (eds.), *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.

Ascensão, E. (2015). *Slum gentrification in Lisbon, Portugal: Displacement and the imagined futures of an informal settlement*. In Lees, L., Shin, H. B. and LópezMorales, I. (eds), *Global gentrifications: uneven development and displacement*, 37-58.

Ascher, F. (2012). *Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos*. um léxico. Lisboa: Livros Horizonte.

Augé, M. (1978). *Quand les signes s' inversent*. *Communications*, 28(1), 55-67.

Augé, M. (2012). *Não-lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa. Letra Livre.

Barata-Salgueiro, T. (1997). *Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada*. Finisterra, 32(63), 179-190.

Brickell, K. (2012). *Geopolitics of home*. Geography Compass, 6(10), 575-588.

Bondi, L. (2020). *Gender, Class, and Gentrification: Enriching the Debate from Environment and Planning D: Society and Space* (1999). In: The Urban Geography Reader. Routledge. 251-262.

Bourdieu, P. (2018). *O Poder Simbólico*. Lisboa. Edições 70.

Burgess, R. (1997). *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras, Celta.

Butler, J. (2009). *Performatividad, precariedad y políticas sexuales*. AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana, 4(3), 321-33.

Cachado, R. (2011). *Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures*. In Fórum Sociológico. Série II, 21, 23-31.

Cachado, R. (2013). *O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória*. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 17(3), 477-499.

Carmo, A. (2019). *O teatro do oprimido na periferia de Lisboa: cidade, cidadania e arte*. Outro Mundo.

Carvalho, F. (2007). *Da Ecologia Geral à Ecologia Humana*, Fórum Sociológico [Online], 17 | 2007, posto online no dia 01 janeiro 2007, consultado o 06 julho 2021.

Cordeiro, G. Í., & Vidal, F. (2019). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Etnográfica Press.

Cotrim, A., Runa, A., Almeida, L., Wemans, L., & Amor, T. (2001). *Impactes sociais e urbanos da ponte Vasco da Gama: economia local, habitação e condições de vida em avaliação*. *Cidades, Comunidades e Territórios*, (2), 99-110.

Crenshaw, K. (1991). *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.

Cullen, G. (2012). *Concise townscape*. Londres/Nova Iorque: Routledge.

Cutileiro, J. (1971). *A Portuguese rural society. A Portuguese rural society*. London, Oxford University Press.

Datta, A. (2016). *The illegal city: Space, law and gender in a Delhi squatter settlement*. Londres/Nova Iorque: Routledge.

De Soto, H. (1988). *The other path. The invisible revolution into the third world*. Harper and Row Publishers.

Domingos, N.; Peralta, E. (2013). *Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Edições 70.

Douglas, M. (1968). Pollution. *International encyclopedia of the social sciences*, 12, 336-342.

Ellis, C., Adams, T. E., & Bochner, A. P. (2011). *Autoethnography: an overview*. *Historical social research/Historische sozialforschung*, 273-290.

Engels, F. (1984). *Para a questão da habitação*. Lisboa: Avante.

Fenster, T. (2005). *The right to the gendered city: Different formations of belonging in everyday life*. *Journal of gender studies*, 14(3), 217-231.

Fernandez, R., & Aalbers, M. B. (2016). *Financialization and housing: Between globalization and varieties of capitalism*. *Competition & change*, 20(2), 71-88.

Fikes, K. (2009). *Managing African Portugal. The Citizen migrant distinction*. Durham. Duke University Press Books.

Gésero, P. (2014). *Configuração da paisagem urbana pelos grupos imigrantes: O martim moniz na migrantscape de lisboa* (Vol. 43). Observatório das Migrações, ACM, IP.

Gonzalez, L. Org. Rios, F. & Lima, M. (2020). *Por um feminismo afro-latinoamericano*. São Paulo. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Günel, G., Varma, S., & Watanabe, C. (2020). *A Manifesto for Patchwork Ethnography*. Society for Cultural Anthropology.

Harvey, D. (2010). *The enigma of capital: And the crises of capitalism*. London: Profile.

Harvey, D. (2012). *O direito à cidade*. *Lutas sociais*, 29, 73-89.

Haumont, N. (1968). *Habitat et modèles culturels*. *Revue française de sociologie*, 180-190.

Hayano, D. (1979). *Auto-Ethnography: Paradigms, Problems, and Prospects*. *Human Organization*, 38(1), 99-104.

Hennessy, D. (2012). *How he gets into her head: The mind of the male intimate abuser*. Cork, Ireland. Atrium.

Herman, J. L. (1992). *Trauma and recovery: The aftermath of violence. From domestic abuse to political terror*. New York. Basic Books.

hooks, B. (1989). *Choosing the margin as a space of radical openness*. *Framework: The Journal of Cinema and Media*, 36, 15-23.

hooks, B. (1994). *Transgress*. *Paragraph*, 17(3), 270-271.

hooks, b. (2003). *The oppositional gaze: Black female spectators*. *The feminism and visual culture reader*, 94-105.

Jones, C. (2017). *An End to the Neglect of the Problems of the Negro Woman!*. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1001-1016.

Keil do Amaral, F. (1970). *Lisboa, uma cidade em transformação*. Publicações Europa-América.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação, Episódios de racismo Quotidiano*. Lisboa. Orfeu Negro.

Laguerre, M. S. (1994). *The Informal City Approach*. In *The Informal*. Londres. Palgrave Macmillan, 1-26.

Lamas, J. M. R. G., & Universidade Técnica de Lisboa. (1993). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa.

Lawrence-Zuñiga, D. L. (2013). *Studying Culture and History*. *Toward the Integration of Theory, Methods, Research, and Utilization*, 4, 41.

Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris : An.

Lefebvre, H. (1981). *Critique de la vie quotidienne. III. De la modernité au modernisme*, Paris : L'Arche.

Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa. Letra Livre.

Low, S. & Lawrence-Zuñiga, D. (2003). *Locating Culture. The Anthropology of Space and Place*, Oxford, Blackwell Publishing, 1-48.

Malheiros, J., & Fonseca, M. L. (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal* (Vol. 48). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.

Medeiros, E. & van der Zwet, A. (2020). *Sustainable and Integrated Urban Planning and Governance in Metropolitan and Medium-Sized Cities*. Sustainability, MDPI, Open Access Journal, vol. 12(15), pages 1-20.

Mendes, L., Carmo, A., & Malheiros, J. (2019). *Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa*. Conjuntura Actual Editora.

Pain, R. (2018). *Chronic urban trauma: The slow violence of housing dispossession*. Urban Studies Journal Limited 2018. 1-16.

Piekut, A., Pryce, G., & van Gent, W. (2019). *Segregation in the twenty first century: Processes, complexities, and future directions*. Tijdschrift voor economische en sociale geografie, 110(3), 225-234.

Pike, K. L. (1967). Etic and emic standpoints for the description of behavior. In K. L. Pike, *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. Mouton & Co., 37–72.

Pinto, T. C. (1994). *A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro*. Sociedade e Território, 20, 36-43.

Purser, G. (2009). *The dignity of job-seeking men: Boundary work among immigrant day laborers*. *Journal of Contemporary Ethnography*, 38(1), 117-139.

Purser, G. (2012). *The labour of liminality. Labour, Capital and Society/Travail, capital et société*, 10-35.

Purser, G. (2013). *precarious work*. *Contexts*, 12(4), 74-76.

Relph, E. (2016). *The modern urban landscape*. Londres/Nova Iorque. Routledge.

Rich, A. (2003). *Notes towards a politics of location*. *Feminist postcolonial theory: A reader*, 29-42.

Rich, A. (2013). *The dream of a common language: Poems 1974-1977*. W.W. Norton & Company.

Rodrigues, F. (2012). *Antigos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas : a guerra colonial como território de (re)conciliação*. Coimbra:[s.n.], Tese de doutoramento. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/23328> [visto em 29-09-2021].

Rolnik, R. (1999). *Exclusão territorial e violência*. *São Paulo em perspectiva*, v. 13, p. 100-111.

Romeiras, R. M. (2010). *O diálogo entre território (relacional) e quotidiano das famílias realojadas na quinta da fonte: trajectórias de inclusão ou de exclusão?* Lisboa: Dissertação de mestrado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10437/5358> [visto em 28-09-2021].

Rosaldo, M. Z. (1980). *The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5(3), 389-417.

Roy, A. (2005). *Urban informality: toward an epistemology of planning*. Journal of the American planning association, 71(2), 147-158.

Roy, A. (2011). *Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism*. International journal of urban and regional research, 35(2), 223-238.

Scott, J. (2013). *A dominação e a arte da resistência, discursos ocultos*, Letra Livre.

Smith, A. (1991). *The Nation: Invented, Imagined, Reconstructed?* Millennium. 20(3):353-368.

Spivak, G. (1988). *Can the subaltern speak?* in Nelson, C. & Grossberg, L. (Eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, pp. 271-313.

Taviani, E. (2019). *Das políticas de habitação ao espaço urbano: Trajetória espacial dos Afrodescendentes na Área Metropolitana de Lisboa*. Cidades, Comunidades e Territórios, 38, 57-78.

Traverso, E. (2012). *O passado, modos de usar*. Lisboa. Edições Unipop.

Turner, V. (1974). *Liminal to Liminoid, in Play, Flow, and Ritual: An Essay in Comparative Symbolology*. Rice Institute Pamphlet - Rice University Studies, 60, no. 3. Rice University: <https://hdl.handle.net/1911/63159> [visto a 29-09-2021]

Varela, P. (2020). *Hortas urbanas de cabo-verdianos: sociabilidades e resistência quotidiana nas margens de Lisboa*. Análise Social, 55(236), 534-559.

Vasconcelos, J. (2012). *Africanos e Afrodescendentes no Portugal Contemporâneo: Redefinindo práticas, projetos e identidades*. Cadernos de Estudos Africanos, (24), 15-23

Viegas, S., Mapril, J., (2012). *Mutualidade e conhecimento etnográfico*. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 16 (3), 513-524.

Xia, J. (2011). *An anthropological emic-etic perspective on open access practices*. Journal of Documentation. 67, 75-94.

Wacquant, L., Slater, T., & Pereira, V. B. (2014). *Territorial stigmatization in action*. Environment and planning A, 46(6), 1270-1280.

Wacquant, L. (2008). *Territorial stigmatization in the age of advanced marginality*. In *Symbolic power in cultural contexts* (pp. 43-52), Brill Sense.

Watanabe, C., Varma, S., & Günel, G. (2020). *A Manifesto for Patchwork Ethnography*. Cultural Anthropology.

Wirth, L. (1938). *Urbanism as a Way of Life*. American journal of sociology, 44(1), 1-24.

## Arquivos

### Arquivos RTP

Fernandes, F. (1992) Prior Velho, demolição de barracas em bairro clandestino na Quinta da Serra. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/demolicao-de-barracas/>. Último acesso a 26/09/2021.

Bastos, P & Colaço, P. (1993) Camarate, ação de despejo efetuada pela polícia em dois edifícios chamados, Lar Panorâmico. Publicado a 1993-01-12. 00:02:31.RTP 1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/despejo-em-camarate>. Último acesso a 26/09/2021.

Borges, A. (1993) Portela de Sacavém, moradores contra o alojamento dos desalojados de Camarate na escola da Portela. Publicado a 1993-01-17.

00:02:11. RTP1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/desalojados-de-camarate-6/>.  
Último acesso a 26/09/2021.

Borges, A. (1993) Lisboa, desalojados dos edifícios “Lar Panorâmico” em Camarate, instalados em fábrica em Sacavém. Publicado a 1993-01-22.  
00:01:51. RTP1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/desalojados-de-camarate-4/>.  
Último acesso a 26/09/2021.

## Reportagens

Barreto, Diogo. (2021) Famílias despejadas no Catujal podem voltar às casas. Publicado a 26/03/2021. Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/familias-despejadas-no-catujal-podemvoltar-as-casas>. Último acesso: 21/09/2021.

Rocha, D. e Moreira, C. F. (2020), voltaram as demolições – e os desalojados – ao Bairro da Torre, em Camarate, *Público*, 30/07/2020. Acessível em <https://www.publico.pt/2020/07/30/local/noticia/voltaram-demolicoes-bairrotorre-camarate-1926435>, último acesso em 21/08/2121.

Por Lusa. (2017). Grupo de trabalho quer resolver corte de luz no bairro da Torre. Publicado a 20/02/2017. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/economia/grupo-de-trabalho-quer-resolver-corte-deluz-no-bairro-da-torre\\_n984275](https://www.rtp.pt/noticias/economia/grupo-de-trabalho-quer-resolver-corte-deluz-no-bairro-da-torre_n984275). Último acesso: 21/09/2021.

Santo, A.S. (2018). Quinta da Vitória, em Loures. Antigo bairro de lata acolhe projeto imobiliário. Publicado a: 20/07/2018. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2018-07-20-Quinta-da-Vitoria-em-Loures.-Antigobairro-de-lata-acolhe-projeto-imobiliario>. Último acesso em 21/09/2021.

SIC. (2013). Angolana impedida pelos vizinhos de entrar na casa que lhe foi atribuída pela autarquia de V. F. Xira. Publicado a: 30/06/2013 às 21h48. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2013-06-30-Angolana-impedida-pelosvizinhos-de-entrar-na-casa-que-lhe-foi-atribuida-pela-autarquia-de-V.-F.-Xira>.  
Último acesso: 21/09/2021.

## Revista

Loures Municipal, Edição n.º47 janeiro de 2013, Revista do Município de Loures.

### Anexo 1: Quinta da Fonte, um olhar descritivo

A importância da paisagem no espaço urbano tem sido trabalhada ao longo da história da arquitetura e urbanismo por autores como Relph (1987), Cullen (2012) e Gésero (2011), como uma ferramenta imprescindível na observação do lugar urbano e composição dinâmica de todos os seus elementos. Compreendendo “as paisagens como contextos visuais da existência quotidiana” (Relph, 1987, pp. 12, 13), recorri a um método proposto por Gordon Cullen (2012) denominado de *visão serial*, que consiste no exercício de observação da paisagem urbana nos seus vários fragmentos e na composição, como se de um puzzle enquanto se caminha, contribuindo para a compreensão da realidade orgânica do espaço produzido com os sujeitos que nele habitam.

À entrada do Jardim



Imagem II: O jardim à entrada do bairro. Fotografia da autora, 2021.

Numa das idas ao terreno, o sol preenchia o bairro que é ocupado à entrada sul pela estrada de Frielas N250, na Rua Ary dos Santos, por um vasto jardim com palmeiras e outras espécies de plantas e árvores que convidam a uma viagem quase tropical. Na sua maioria limpo e bem cuidado, o jardim não se apresenta convidativo à permanência, devido à elevada exposição climática e falta de mobiliário urbano. O facto de se posicionar num ponto de entrada e não se encontrar no centro do bairro contribui também para que o jardim seja pouco frequentado, junta-se a isso a condição de entrada/saída do bairro que convida a um estado liminar de presença e não participação dos rituais quotidianos dos moradores do bairro. As poucas pessoas que se encontravam no jardim estavam de passagem, tiravam fotografias, encontravam-se com as amigas e seguiam caminho. Este jardim pode ser entendido como um lugar de passagem e até de encontro, mas não de permanência, separado pela via central de acesso e passagem pelo bairro. O jardim é amplo e aberto de um lado da Rua Ary dos Santos, e do outro ocupado por duas mesas de ténis que aparentam ser raramente utilizadas.

Não foi preciso caminhar muito para encontrar, logo no início do bairro, moradores mais velhos em esplanadas adaptadas, com cadeiras desdobráveis ao longo do passeio, e com os moradores mais jovens sentados nas escadas e entradas dos prédios, ou encostados à parede. Assim que avançamos pela avenida, somos logo tomados pela cor, altura e dimensão dos edifícios amarelos. Existe uma quebra com os tons de verde e branco num rés-de-chão convidando-nos a entrar na *Igreja Kimbanguista em Portugal, Igreja de Jesus Cristo sobre a terra pelo seu enviado especial Simon Kibangu* fundada a 6 de abril de 1921. A entrada da igreja situa-se num espaço que assume as características de um lugar de permanência, um pequeno espaço na forma de praça, com vista privilegiada para a Avenida José Afonso, no eixo central que preenche todo o bairro até à saída via Unhos e Apelação.

## A praça



*Imagem III: A praça do bairro. Fotografia da autora, 2021.*

Ainda que não assuma a forma e o desenho de uma praça, esta pequena área de permanência e convívio, descanso e encontro, comunica com o restante urbano numa “estrutura relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas” (Lamas, 1993, pp. 102). Não obstante, o desenho do bairro não é convidativo à identificação imediata deste espaço como praça, na medida em que carece de qualificação e significado funcional, para não falar da posição espacial e percepção de espaço descaracterizado que convida à descaracterização dos próprios moradores que ali param.

A arborização assume presença leve, constante e decorativa ao longo do bairro, enquanto separador central da Avenida José Afonso, e nesta pequena praça que sofreu uma reabilitação recente no âmbito do projeto de reabilitação urbana aprovado pela CML – Programa: Da habitação ao habitat (2018), que eliminou

muitos dos graffitis que antes preenchiam o bairro, fruto da iniciativa GAP (Galeria de Arte Pública) que em 2016 deu uma nova imagem a seis bairros de realojamento em Loures.

O pouco mobiliário urbano que encontramos é o visível na imagem, composto por bancos cinzentos que não convidam a longas estadias por não ter encosto. Este lugar de permanência era preenchido pelo barulho dos prédios à volta, da música, televisão e conversas que saíam pelas janelas. Sem elas, sentir-se-ia o silêncio de quem ali está a ver o tempo passar.

*“São as conversas, as trocas de opiniões, as discussões livres sobre assuntos de interesse geral, que dão aos indivíduos, em grande parte, a consciência de pertencerem a comunidades. Sem elas, podem coabitar, trabalhar lado a lado, receber os ordenados no mesmo guichet, mas não deixam de ser, ou de se sentir, pessoas isoladas e diminuídas.”*

(Keil do Amaral, 1969, p. 34)

O bairro é praticamente desprovido de pontos de encontro, lugares passíveis de convívio e partilha. As pessoas que permanecem nesta praça por norma são mais velhas, que vêm apanhar ar e sol.

#### A Avenida José Afonso: o eixo social do bairro

Ao descermos a Avenida, encontramos o comércio e a restauração que ainda sobrevive no bairro, protegido entre corredores contínuos de ambos os lados da avenida, em edifícios de uso misto. Das mercearias do Luís e da Luísa, à mercearia do Joni, aos talhos, peixaria e padarias, sobreviveram apenas alguns cafés, uma loja dos 300, um cabeleireiro e a papelaria. Assim que chegamos ao cruzamento da Praceta Antero de Quental, temos à direita um dos acessos ao jardim de entrada do bairro, caminho que reforça a ideia de um lugar de passagem, visto que é o caminho mais rápido para se chegar às paragens da rodoviária 301 que faz o trajeto Loures - Gare do Oriente, e à escola básica e cemitério que se encontram na zona cimeira da Apelação.

À esquerda entramos na rua dos Arcos, topo Norte, onde encontramos o jardim de infância EB1/JI da Quinta da Fonte, o primeiro no interior do bairro que funciona também como primeiro ciclo de estudos. Se seguirmos por este caminho, vamos entrar na praça Andrade Corvo, que nos permite desviar para as traseiras do bairro e seguir para a Rua dos Arcos onde encontramos o parque urbano do bairro.

Se permanecermos na Avenida, até ao próximo cruzamento, entre a praça Antero de Quental e a Rua Andrade Corvo, encontramos os principais pontos de paragem do bairro, das rodoviárias de Lisboa, 312 e 313. É também na espera pelo autocarro, aqui, que a presença da mulher negra se assume com maior relevância no espaço público.

Passado o cruzamento, entramos na divisão interna do bairro entre realojados e cooperativa, os primeiros ao longo do lado esquerdo e os outros ao lado direito. Os edifícios da cooperativa encontram-se espalhados ao longo do bairro, mas é aqui que a distinção é mais notória. Neste momento, são os edifícios da cooperativa que apresentam um pior estado de conservação, isto porque o bairro sofreu uma reabilitação recente por parte da CML. Onde antes encontrávamos portas de entrada danificadas nos edifícios de realojamento, hoje encontramos portas de metal vedando o acesso às escadas como ponto de encontro, convívio e permanência.

O bairro termina com uma pequena rotunda, que nos permite sair no sentido do Catujal pela avenida José Afonso, e no sentido da Apelação pela avenida Brasília. É na avenida Brasília que temos a Casa Branca ou *Apelarte* hoje conhecido por ser a sede do Gabinete de Intervenção Social GIS Apelação, e do Teatro IBISCO. Temos também um pequeno espaço de memória, um antigo tanque comunitário onde muitas mulheres lavavam as suas roupas antes de terem as máquinas de lavar em suas casas.

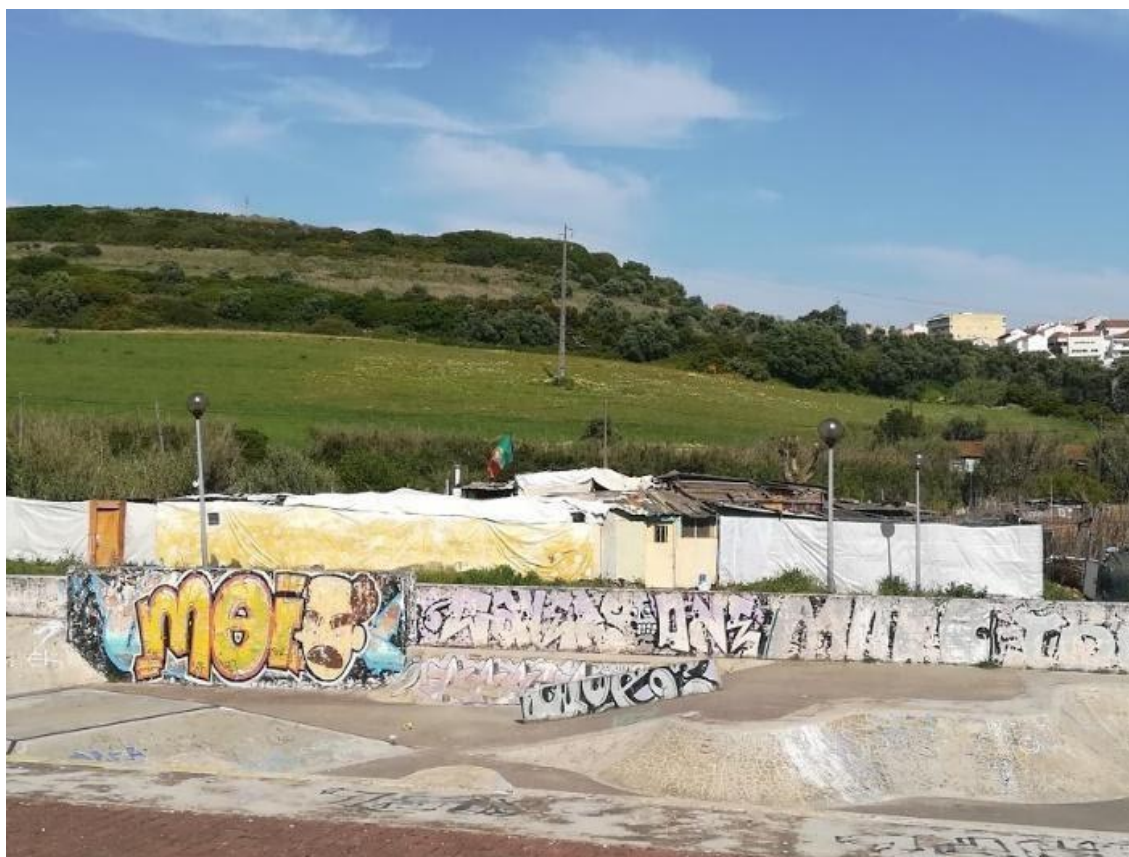
## O parque urbano: as traseiras do bairro



*Imagem IV: sequência de imagens do Parque Urbano. Fotografias da autora, 2021.*

Nas traseiras do bairro encontramos o parque urbano, composto por um campo desportivo e um parque de skate. A infância e adolescência de muitos no bairro foram passadas aqui, aos fins de semana e nas tardes de verão, mas também houve um tempo menos seguro e convidativo que aparenta manter-se nos dias de hoje. Este era um lugar rico e ideal para crianças, com baloiços, caixas de areia e escorregas, mas que depressa passou a ser ocupado por jovens mais velhos e cães abandonados, fazendo daquele lugar marca de insegurança e vandalismo. É através do parque urbano que chegamos às hortas do bairro, situadas no limite do bairro, com a organização e parcelamento adaptado pelos moradores.

#### Ocupações informais: Acampamentos



*Imagem V: Acampamentos ciganos. Fotografia da autora, 2021.*

Além das hortas referidas no Capítulo 6, existe no bairro uma outra manifestação de ocupação informal, na forma de acampamentos. Estas manifestações são essencialmente, ainda que não exclusivamente, ocupações por parte da comunidade cigana na forma de barracas e tendas em áreas livres ao longo dos limites do bairro. Esta realidade que já se manifestava de maneira residual nos

primeiros anos, acentuou-se com um episódio que ficou conhecido por Tiroteio, a 14 de julho de 2008. Este acontecimento violento que deu visibilidade ao bairro, relativamente desconhecido até então, veio acentuar as divisões entre comunidades cigana, afrodescendente e da cooperativa, e por muitos dos seus membros num *estado de fuga* do bairro, numa tentativa de se dissociarem do estigma que o bairro carrega, desde então.

São os próprios moradores nas suas formas de ocupação e apropriação do espaço que expõem o fracasso na produção desta urbanização que se faz acompanhar de redes de vizinhança frágeis e desconectadas. O realojamento representou finalmente o acesso ao alojamento condigno, mas também simbolizou a perda de um lugar e de uma forma de vida que podia ser melhorada, adaptada e, acima de tudo, dignificada. Nos bairros de realojamento a falta de autonomia, de autogestão e poder sobre o lugar onde se vive, cria sobre os moradores uma frustração que se manifesta na rejeição de um sistema urbano de vida marcado pela espera, dependência e distância.

#### Dinâmicas de género e a Ocupação do espaço

Entre a comunidade cigana e africana existe uma clara separação de espaços de ocupação e permanência, mas entre estas duas comunidades e a comunidade da cooperativa, a separação é maior. Na configuração espacial das comunidades ao longo do bairro, a comunidade cigana tem maior expressão no topo do bairro, da rua Ary dos Santos até ao primeiro cruzamento da avenida José Afonso. Da praça Antero de Quental em diante, até à rotunda, temos a presença mais afirmada da comunidade africana e afrodescendente. Seguem-se as traseiras do bairro onde se encontra o Parque urbano, na rua dos Arcos, onde a comunidade com maior expressão também é cigana.

A comunidade da cooperativa existe no primeiro lote à entrada do bairro, entre a rua da Atalaíña e a praça José Fontana, e logo mais abaixo entre a rua Adriano Correia de Oliveira e a praça Mina. Esta comunidade assume uma certa invisibilidade no espaço público, raramente são identificados enquanto sujeitos, e raramente participam nas dinâmicas do bairro. A distinção entre a cooperativa e os realojados era feita por uma fronteira invisível a quem viesse de

fora, mas clara para quem ali mora, algo que se fez notar nas ações violentas dos adolescentes, na forma de furtos, assaltos e danos a carros, feitos exclusivamente aos moradores da cooperativa, aqueles que na sua maioria não conviviam nem partilhavam do mesmo lugar.

Esta configuração da paisagem humana foi sendo feita a par da atribuição das habitações, tendo esta configuração contribuído para a produção de zonas seguras sustentadas por redes étnicas, mais do que bairristas (em relação aos bairros de início). Eram assim determinados os lugares de ocupação, ainda que nos bares, comércio, cafés e escolas, essa distinção fosse um tanto indiferente, era entre os jovens e as mulheres que essas linhas se tornavam mais visíveis.

## Anexo 2: Transcrições (4 de 6)

### Entrevista 1

**Entrevistada: E.B, 71 anos, 4 classe escolaridade, nascida em Moçambique. Moradora do bairro de 1997 a 2008.**

**1** Quando é que mamã chegou a Portugal? **E.:** Em 1988.

**2** E quando chegou mamã foi pra onde? Mamã chegou por onde? **E.:**  
Aeroporto de Lisboa, e fui para a Portela de Sacavém.

**3** Mamã já tinha casa lá?

**E.:** Sim, meu marido já tinha casa lá.

**4** Era casa ou era barraca?

**E.:** Era barraca, ele comprou uma barraca que tinha tudo, como prédio. O dono, fez como prédio.

**5** Tinha água canalizada, tinha eletricidade, tinha esgoto? **E.:** Não, isso não tinha.

**6** Não tinha nada.

**E.:** Tinha, mas às vezes não havia. Não tinha esgoto, não tinha água canalizada.

**7** Mas tinha eletricidade?

**E.:** Tudo era roubado, puxado.

**8** O que era mais de difícil viver na Quinta da Vitória?

**E.:** Era viver sem condições, porque eu saí de Moçambique tinha condições na minha casa. Mas aqui, cheguei e não tinha nada. Não vi televisão, não havia

eletricidade. Água tem de ir buscar ao chafariz. As coisas não me caíam bem, trabalhava muito e sentia cansaço.

**9** Mamã trabalhava muito dentro e fora de casa?

**E.:** Sim, trabalhava na limpeza desde as 5h30 até chegar em casa 18h30 da noite. Tinha de fazer comida, tinha crianças, 3 pequenas, lavar a roupa, fazer comida e tratar do marido, preparar tudo da casa, porque ainda eram pequenos, não me ajudavam em nada.

**10** Como é que foi sair do bairro da Quinta da Vitória para ir para a Quinta da Fonte? Como é que começou isso tudo?

**E.:** Quando a câmara de Loures queria aquele lugar onde estávamos para pôr os prédios que lá estão agora, a primeira coisa, a CML, mandou pessoas pra fazer inquérito, começou por fazer, de andar a escrever cada casa a casa. Mas ficámos muitos anos até esquecer que tem qualquer coisa.

**11** Mamã lembra quando é que foi?

**E.:** Eu já não lembro bem, deve ser lá em 91 ou 92. Depois ficou tanto tempo até a gente esquecer que vai servir para alguma coisa. Depois saiu o quê? Saímos em 1997, andaram a segunda via, para ver quem já tinha aquela chapa, porque quem fez o primeiro inquérito, nos deram uma chapa com número de cada casa. Eu como guardei aquela chapa, segunda via já veio, não sei se em que ano, veio já a quererem começar aquela obra. Vieram e perguntaram pelo número e eu lhes dei, e fizeram o segundo inquérito. Depois vieram ver a casa, dentro da casa como estávamos a viver. Depois vieram dizer que tínhamos de preparar porque dia tal iríamos sair.

**12** Foi assim? Não houve reunião? Mamã nunca foi a uma reunião com papá?

**E.:** Houve uma reunião, a que ele foi sozinho, mais ninguém foi. Ali no bairro, foi ele sozinho. (...) Depois só chegou o tempo que nos vieram dizer que temos de sair, quando começaram a criar a ponte ali, a dos ralis. Depois ficámos a contar os dias, e os dias.

**13** Mas aí a Dona Pureza já tinha saído?

**E.:** Não. Eu fui primeira pessoa a sair naquele bairro, com a mãe do Nuno porque também tinha 3 filhos sem condições, e nós também. Tiraram as nossas famílias, primeiro. Só que a mãe do Nuno teve sorte e foi para Odivelas, eu quando pedi disseram-me que não e foram pôr-me lá mesmo, na Apelação.

**14** Antes de chegarmos na Apelação, como é que era a tua casa na Quinta da Vitória?

**E.:** Tinha dois quartos, cozinha e sala, e casa de banho. E em cima era placa. E dentro da casa de banho também, tinha sanita, lavatório, banheira, tinha tudo.

**15** Como foi a mudança? Correu tudo bem?

**E.:** Sim, vieram com carro grande puseram tudo na bagageira, com os trabalhadores dele, e vieram com um carro pequenos para nos levar. Fomos todos no carro.

**15** Quando chegaram lá como foi?

**E.:** Chegámos lá e a Câmara ainda não tinha posto água. Também não havia água.

**16** Quanto tempo sem água?

**E.:** Duas semanas sem água. Íamos cartar a água lá em baixo.

**17** Mas já tinha luz? Mamã ia cartar água aonde?

Sim, tinha luz. Ali quando descemos, tem um sítio que é uma lavandaria do tempo antigo, era ali que íamos cartar a água e quem queria lavar a roupa, lavava ali. Mas eu só ia cartar a água. Lavava a roupa na banheira.

**18** E gostaram da casa quando chegaram logo na casa?

**E.:** Eu da casa gostei, mas não gostei do material, era porcaria. No primeiro dia, abrir os armários caíam as portas. O material era um material antigo que não servia, até hoje. A casa era bem aberta, os quartos também, com duas

casas de banho. Só que com o andar do tempo comecei a ter problemas de entupimentos nas casas de banho e quando ia à câmara, eles não queriam saber, levávamos os recibos mas não nos pagavam. Havia um erro de construção, e isso provocou mais entupimentos até 4 vezes mas ninguém me pagou, fui eu que tirei o dinheiro.

**19** Quantos tempo mamã viveu lá? **E.:** De 1997 até 2008.

**20** O que é que mamã gostou mais do bairro?

**E.:** Eu do bairro, gostava do cheiro, era novo e era muito bom. Mas o ambiente não gostei, porque era sempre tiroteio e confusão.

**21** E mamã gostava dos vizinhos que tinha no prédio?

**E.:** Eram porcos, quem limpava as escadas era eu, do meu andar até em baixo porque não gostava de pisar aquela sujidade. Os filhos deles de cima eram porcos, até estragaram a porta de entrada.

**22** Mamã sentiu algum problema em ter vizinhos ciganos?

**E.:** Eu senti, porque naquele tempo os filhos de ciganos roubavam e ameaçavam. Os nossos filhos tinham de viver dentro do prédio, não podiam ter uma bicicleta. Quando cheguei lá não havia esse problema das armas, mas com o andar do tempo isso passou a acontecer todos os dias.

**23** E mamã quando ficava no bairro, ficava na rua? Tinha bancos e jardins para poder ficar?

**E.:** Tinha jardim, mas não tinha bancos. Não era jardim, jardim. Ali quando ir apanhar a 301, ali estava limpo, sempre, relva arranjada. Tinham aquilo, mas não era jardim, nem tinham bancos. Era aquilo. Eu ficava em casa, não vivia na rua, quando me ver na rua era para ir para o trabalho e vir do trabalho. Eu vivia na minha casa, só. Nem eu nem os meus filhos, tinha medo, tinha medo.

**24** Mamã sentia falta de bancos e jardins na rua?

**E.:** Eu sentia falta, porque trabalhava muito. Via todo o lado em Lisboa com lugares para as crianças brincarem, mas ali no nosso jardim não havia nada, era campo só. Também a criança ali não deixava à vontade, por causa da confusão que havia ali com a juventude.

**25** Porque é que mamã decidiu sair do bairro?

**E.:** Por causa desse sofrimento. De ouvir os tiros todos os dias. O meu marido foi tropa, era difícil pra ele. Era difícil dormir à noite. A polícia entrava sempre no nosso prédio, os rapazes lá de cima provocavam a polícia e outras pessoas.

**26** Foi difícil comprar casa?

**E.:** Sim, muito difícil, lutei muito para conseguir. Levei 5 anos até conseguir me organizar para comprar casa. Tive que pedir ajuda aos filhos.

**27** Mamã alguma vez pediu ajuda à Câmara para comprar casa?

**E.:** Antes de ir para a Quinta da Fonte, o meu marido fez requerimento a pedir ajuda para comprar casa, mas não disseram nada, não nos ajudaram. Até chegar ao tempo em que nos tiraram dali para nos porem nas casas sociais.

**28** Mamã acha que essas casas foram boas, ajudaram a melhorar a vida das pessoas?

**E.:** Se eles fizessem como deve ser, como fazem para as outras pessoas, sim, porque tem água e luz. Mas as casas, eles fazem, que não favorecem ninguém. As paredes não têm cimento, se você chuta, você estraga a parede. Os materiais são os mais baratos. Se eles fizessem casas boas, ajudava no sofrimento.

**29** Para mamã era fácil sair e entrar no bairro? Transportes?

**E.:** Nos primeiros dias não havia transportes dentro do bairro, tinha que andar um pouco no mato, com medo. Mas com o passar de 1 a 2 anos os autocarros começaram a entrar no bairro.

**30** Agora que já não vive no bairro, tem saudades de alguma coisa?

**E.:** Tenho saudades do cheiro, do sol, estávamos em cima.

**31** Quando mamã diz cheiro o que quer dizer?

**E.:** Lembra quando chovia, e o cheiro limpo da água no asfalto? Era muito bom, o ar era puro e fresco. Sentia-se cheiro de bairro novo, construção nova.

**32** Vir para Portugal foi difícil?

**E.:** Viemos aqui, porque o meu marido era tropa, português, e ele teve que vir para aqui para receber tratamento. Nós não gostamos daqui, mas viemos. Doeu muito chegar aqui e perceber que não havia apoio, com uma casa com condições. O meu marido já não podia trabalhar e a tropa não ajudou em nada. Eu tive de trabalhar muito, e sofrer muito para conseguir viver e criar os filhos aqui.

**33** Alguma coisa que queira dizer?

**E.:** Nós na Quinta da Vitória tínhamos segurança, as crianças podiam viver e brincar na rua, confiar nas pessoas. Só não tínhamos era condições. E isso magoa-me muito, porque viemos aqui para o meu marido receber tratamento e não houve apoio nenhum. E vivemos no sofrimento. Esta casa que comprámos agora, não é a minha casa de sonho e sim aquela que conseguimos comprar com o pouco dinheiro que temos. Viver aqui tem sido uma luta muito grande. E é isso que me causa mais sofrimento.

## Entrevista 2

**Entrevista feita pelas filhas à mãe.**

**Entrevistada: Tuca e família, 58 anos, 4 classe escolaridade, nascida no Tarrafal, Cabo Verde, viveu no bairro de 1998 a 2003.**

**Mãe:** Veio em 1986, “vim sozinha morei na casa da minha irmã durante sete, oito meses, depois fui morar com o meu marido cabeçona”

**Pai:** Veio em 1973, sozinho “recordo-me ainda que foi antes do 25 de Abril.”

**1 - Tuca:** Lisboa há tudo um pouco: racismo, discriminação... “Trabalhei em Lisboa inteira restaurantes, patroas, aeroportos, firmas.”

**2 - Tuca:** A primeira casa foi uma barraca, mas o pai morava na casa da empresa, eram só homens, numa caserna. Em Sacavém compraram a barraca a um senhor chamado Djubenso, ele possuía duas barracas e vendeu uma. Depois tornou-se nosso vizinho. Depois de 2-3 anos clandestinos, a câmara fez recenseamento, e deu morada com número e endereço.

**3 - Tuca:** Para se alimentarem, e tomarem banho, tiveram de furtar água e eletricidade. “Como foi morar ali, não se pagava nada nem luz, nem água. Às vezes, a polícia tirava a luz, a água, e voltávamos a colocar tudo de novo. Conseguimos poupar bom dinheiro, tinha tanque no quintal individual, banheira, horta no quintal, animais, galinha, porco.”

**4 - Tuca:** Quinta do Carmo, barraca número 36, entre Portela e Sacavém, “assim já tínhamos morada”.

**5 - Tuca:** A casa tinha dois quartos, uma sala, uma casa de banho, uma cozinha, e três vizinhos por piso. Tínhamos água, luz corrente, tínhamos eletrodomésticos.

**6 - Tuca:** Eles (da câmara) nos ajudaram a mudar as coisas do sítio. Fomos para a Apelação após 7 anos da barraca. Começaram a fazer obras para a ponte Vasco da Gama antes de nos desalojar. “Atrás da nossa barraca morreram 2 crianças por negligência, porque a construtora deixou um “buraco”

aberto sem limitação de terreno, onde as crianças se afogaram. E não houve indemnização por problemas/disputas familiares. A partir daí começou o processo de realojamento para o bairro da Quinta da Fonte. Na verdade, foi a morte trágica destas crianças que acelerou o processo.”

**7 Tuca:** “Fiquei tão contente de morar num prédio que aceitei morar na quinta da fonte, mas se eu soubesse teria aceitado o dinheiro e comprava minha própria casa, mas era sem noção nessa época.”

**8 – Tuca:** “Gostei muito no início porque era limpo, novo, mas quando começaram a chegar pessoas menos recomendáveis o ambiente ficou muito mau, e a criminalidade aumentou.”

**9 – Tuca:** Saímos porque a câmara aumentou a renda e o bairro na verdade não tinha esse valor, mais valia pagar/ comprar uma casa nossa. Em 2003 fomos morar na Póvoa de Sta Iria onde compramos a nossa casa. E acabamos por embarcar para França uns anos depois.

**10 – Tuca:** “Foi uma experiência muito boa apesar de tudo, ainda hoje posso passar pelo bairro sem problemas e ainda tenho amigos, vizinhos e conhecidos que são pessoas com quem guardei conectado.”

### **Entrevista 3**

***Entrevistada: Maria, 31 anos, licenciada, professora e criadora de conteúdos, nascida em Lisboa, saiu do bairro em 2018***

**M:** «Então, já não nos vemos há algum tempo e a minha passou por algumas diferenças. Já não estou a viver na Apelação, o que de resto me deixa com dificuldades em responder em relação às situações da minha mãe.

É obvio que, acho que consegues perceber que tenho tido muito pouco tempo, e o pouco tempo que tenho às vezes aproveito para fazer alguma coisa mais em casa, e não sei quê. Mas estas perguntas acabaram por me fugir.

**1:** Como e quando é que a minha mãe chegou a Portugal?

**M:** Ela chegou a Portugal com 9 anos de idade e veio com os meus avós. É a filha mais nova, a 7ª não, a 8ª filha, apesar do primeiro filho dos meus avós não ter sobrevivido, não ter nascido.

**2:** O primeiro lugar a que chamou casa em Portugal?

**M:** Aquilo que eu sei foi em Sacavém, em que ela viveu com os meus avós.

**3:** Como tem sido viver em Lisboa?

**M:** Tem sido incrível no ponto de vista da acessibilidade dos transportes, e rede de transportes, pra mim ao longo de todos anos que vivi na periferia sempre senti imenso. Apesar de não ter carta de condução e nem procurar conduzir, mas de facto esta uma das diferenças mais evidentes que eu sinto de viver em Lisboa, eu neste momento trabalho no El corte inglês e estou a morar muito próximo da alameda, e demoro cerca de 15 minutos a chegar ao trabalho, e é um bocadinho menos, porque se o metro chegar logo, não demoro nem 10 minutos, a verdade é essa. De resto, sempre estive muito familiarizada com a cidade de Lisboa porque estudei aqui e trabalho aqui, e agora pronto, acabo por fazer a minha vida, 90% dela aqui por Lisboa, porque tenho de tudo aquilo que preciso, os serviços todos as comunidades todas,

atrações todas, portanto, no geral tem sido muito bom viver em Lisboa, e é um privilégio.

**4:** Como foi viver no Bairro?

**M:** Os 33 anos praticamente que tenho, 20 deles mais de 20, foram vividos na Apelação, no Bairro da Quinta da Fonte. E como é que foi? Olha posso te dizer que foi agradável, foi normal. Um bocadinho também pelo facto de eu ter sempre vivido na minha bolha e na bolha da minha família. Portanto, as coisas em casa estavam bem, sempre estiveram bem e portanto, tudo à minha volta acabava por se contagiar com essa plenitude, essa estabilidade, com esse equilíbrio.

A Quinta da Fonte, pra mim é, aquilo que eu conheço como realidade de bairro, porque quando eu saí da Portela era muito nova e não tenho memória muito vincadas, nem estruturais daquilo que é o espaço de um bairro habitado por pessoas diferentes, com ideais diferentes entre si. Portanto, na Apelação foi onde eu cresci, posso dizer que, fui prá lá com 9 anos, e saí de lá aos 33, portanto, foi bom viver na Apelação.

Claro que teve momentos não tão positivos, mas tu como moradora da Apelação também sabes bem quais são, aquilo que me refiro. Mas há muitos momentos positivos, e são seguramente a maior parte das minhas memórias, são positivas.

É um bairro que tem muitas pessoas que eu já conhecia da Portela de Sacavém onde nasci. E o convívio com elas é fácil, pronto é do quotidiano. E as outras fui construído durante o tempo em que cresci e fui fazendo a minha vida.

Mas assim no geral acho que te respondo assim desta maneira dizendo que viver na Quinta da Fonte é positivo. Atualmente, já olho para as coisas com olhos de ver e tenho noção que muita da qualidade de vida que existe na Apelação, Quinta da Fonte precisa de ser elevada. Se me perguntassem se eu voltaria para lá, viver na Apelação, só se tivesse o motivo muito, muito grande.

**4:** Qual foi o teu primeiro bairro? A Quinta do Carmo? Como era?

**M:** Sim, vivi na Quinta do Carmo, na Portela de Sacavém, e era um bairro de barracas sim.

Como foi viver lá? Bem, daquilo que eu me lembro, porque vim de lá com 9 anos, era um bairro pequeno, tinha algumas pessoas concentradas, muito próximas umas das outras, as casas eram muito coladinhas umas às outras.

A minha casa em particular, daquilo que me lembro, tinha 3 quartos, uma casa de banho enorme, um quintal para os animais, galinhas e coelhos, uma sala também muito grande e uma cozinha relativamente média, e ainda tínhamos um quintal da parte da entrada da casa. Tinha os meus avós, os meus avós maternos também moravam no bairro, o meu padrinho, a tia, colegas da escola com os quais depois continuei a fazer o percurso quando na Apelação.

E pronto, era um bairro de lata, não é, com um aspeto inacabado, e quando chovia havia lama, aquela terra, aquela...coisa, pronto normal de um bairro que não está acabado, que não está concluído.

Lembro-me de haver uma mercearia lá, onde íamos fazer a maioria as nossas compras, lembro-me de ir apanhar água porque não ter água canalizada, não tenho a certeza, por não ter água canalizada (isto agora foi engraçado), mas lembro-me de ir apanhar água em criança. E pronto era basicamente, com 9 anos de vivência de lá, o que posso me lembrar.

**5:** Que memórias guardas do realojamento?

**M:** Olha é engraçado que esta pergunta número 5 nunca a me tinham feito, ou pelo menos, não me lembro de a ter respondido, e giro que a faças porque me faz recuar vinte e tal anos atrás. Eu lembro-me, pouco, mas as coisas que me ficam na memória sobre o momento em que fomos realojados, se não estou em erro pela Lusoponte, havia assim uma grande azáfama. Um sentido a casa nova (tás a ver?), lembro-me dos meus pais embalarem as coisas, não me lembro de ter ajudado em nada sinceramente, e quando chegámos à Apelação.

(...)

O processo burocrático não te sei dizer muito bem, tinha 9 anos. Sei que havia a oportunidade em receber uma quantia em dinheiro ou então optar pela casa camarária e eles optaram pela casa camarária. Não te sei dizer em que moldes foi se houve dúvida, se houve hesitação, não te sei adiantar. Acho que foi um processo simples, positivo, encarado com muita esperança com alegria, e pronto a casa era grande. Deram-nos uma casa com 3 quartos, duas casas de banho e uma sala e pronto para uma família numerosa como a nossa foi muito bom, foi muito bom mesmo.

**6:** Frequentas muito o espaço público da quinta da fonte?

**M:** Visto que já não estou a viver lá, não. Anteriormente sim, frequentava bastante, mais numa vertente de apanhar os transportes. Mas a dada altura frequentava muito o espaço público porque trabalhava na escola da Apelação, já foi há bastante tempo, durou 5 anos, dava aula (...) de religião moral e católica, antes tinha começado como animadora sociocultural do miniclube de cidadania, e depois entrei para a associação de jovens da Apelação e depois para a associação vitamina de cristo (vitamina c). E pronto, acabei por estar sempre ligada e envolvida ao espaço público da Apelação. Eu moro numa zona que se pode considerar inicial ou final do bairro, mas sempre frequentei o espaço público da Apelação.

**7:** Que lugares preferidos é que tinha?

**M:** A Casa da Cultura, A igreja, a escola e se tiver que dizer, talvez a parte onde tínhamos o campo de futebol. A avenida era mais de passagem e o jardim também nunca fui muito de ficar nesses espaços, diria que esses que acabei de mencionar como os principais. O Moinho de Vento no topo no Catujal, que é considerado da Apelação, é dos meus lugares prediletos, levei os meus sobrinhos para conhecerem e tenho muitas boas memórias de lá com a vitamina c. e é isto.

**8:** O que representa a Quinta da Fonte para ti?



**M:** A Quinta da fonte é um lugar que marca muito a nossa história e o nosso percurso de vida, sobretudo para mim e para os meus irmãos porque é o lugar onde mais tempo passámos enquanto crescemos e fomos nos tornando jovens adultos, e é o primeiro lugar onde realmente chamamos de nosso com a nossa vida e o nosso percurso. E acaba por ser isso.

**9:** Pretendem comprar a casa, ou mantê-la como arrendada?

**M:** Ora bem, nesta fase do campeonato, os meus pais já estão com uma idade em que esse tipo de sonhos de comprar casa ou arrendar casa, já é um bocadinho diluído. Neste momento só está a minha irmã mais nova a viver com eles, portanto são 3 em casa, e eu acredito que se houver oportunidade vão comprar casa, mas para já sim é manter a casa arrendada.

**10:** Têm outra casa para além da Quinta da Fonte? (Se sim. Porquê?)

**M:** Não temos outra casa para além da que temos na Quinta da Fonte.

**11:** Quais são as tuas maiores preocupações em relação ao Bairro? (O que te incomoda? ou achas mais problemático?)

**M:** Então as minhas maiores preocupações para a quinta da fonte são aquelas que sempre foram, e passado vinte e tal anos é curioso que assim seja, mas é absolutamente verdade, então, resumem-se ao aumento de delinquência juvenil, risco de pobreza seja cada vez mais acentuado e determinante, que a escolaridade seja algo que os jovens vejam cada vez menos como algo necessário para a sua educação e formação e crescimento pessoal e socioeconómico. E que a questão das famílias desestruturadas seja uma normalidade, e que o estado continue a virar a cara para comunidades inteiras que têm potencial, que têm vontade e que querem fazer alguma coisa, mas que as descartam. Isto se vai resumir no facto de que realidades de bairros sejam ainda mais negligenciadas.

Muito trabalho tem sido feito, não estou a dizer que não, porém há muito, há muito por fazer ainda.

**12:** Que futuro vês para o Bairro?

**M:** É uma pergunta difícil sabes Ana, não te consigo dizer que futuro vejo para o bairro porque hoje em dia, há muitos moradores que eu já não conheço tão bem. Há uma vaga de pessoas que foram pra apelação vindas de outros bairros, doutras circunstâncias que não as minhas e doutros conhecidos e portanto, eu já não cheguei a dar aulas a muito desses jovens e portanto não sei bem que futuro é que vejo pró bairro. Mas obviamente desejo que seja o melhor possível. Ainda assim não é, não posso dizer que não vejo um futuro que seja marcado pelas questões que referi anteriormente, pela pobreza, pela violência, pelo abandono estatal, por alguma segregação até, não é, e pronto, porque de resto, acho que individualmente as famílias de bem, famílias sérias, procuram o seu bem estar, e a sua felicidade, de forma isolada e individual, e sei que há muitas famílias assim. E sei que para elas o futuro será um pouco mais alegre, feliz e livre.

## **Entrevista 4**

### ***Entrevista antigo Presidente Câmara Municipal de Loures***

«A situação do PER, iniciou-se, vamos lá ver, havia esta visão da habitação, em Portugal, sempre houve uma grande polémica política, diferentes opiniões, mas a mais marcante era a de que esta era uma competência e uma atribuição da administração central do Estado. Não eram as câmaras municipais que tinham a competência de mandar fazer habitação, sobretudo habitação dita social.

Havia câmaras que não se metiam de todo, ou só se metiam pouco, na gestão da habitação de bairros ditos sociais. Embora algumas (...) tivessem habitação do IGAPHE, então INH.

(....)

Em 91, 92, 93 a linha era esta, mas em 1993, Janeiro, um janeiro muito frio, numa freguesia de Loures que se chama Camarate, havia uma ocupação de 2 grandes edifícios, que eram propriedade privada, (...), houve uma posse por parte do Estado nos anos de 75 e 76 e foram para lá ser ocupados pelo IARNE que tratavam das pessoas a que se chamavam, em Portugal, de retornados. Que eram as pessoas que tinham vindo das ex-colónias, em vários tipos de processos. (...)

Uma parte foi realojada ali. E em 1993, o dono daquilo meteu um processo em tribunal, e o tribunal pela primeira vez em Portugal, deu ordem de despejo a 300 e tal pessoas, foram para a rua com os tectos, todos atrás, e ficaram ali na rua em Camarate.

Várias pessoas caíram em cima da câmara. (...) aquilo foi um choque terrível, e eu era o presidente, e queriam que eu resolvesse a situação. E queriam que os pusesse no Pavilhão Paz e Amizade em Loures, mas isso não era solução. (Eu digo 300 e tal mas não sei se seriam mais até) Aquilo foi uma coisa muito complicada.

Durante este processo houve uma grande tensão entre a câmara e o governo então do primeiro-ministro Cavaco Silva. Chegámos a propor que fossem realojados transitoriamente numa escola que estava desocupada, na Portela de Sacavém, os moradores não reagiram muito bem.

Entretanto lá conseguimos negociar com o dono de um edifício, uma antiga fábrica de descasque de arroz, e essa fábrica foi readaptada durante 3 ou 4 semanas, e todas as pessoas foram realojadas lá dentro, todas.

Não havia condições objetivas de ajuda, para que uma câmara municipal se metesse então numa tarefa de realojamento.

Passado uns meses, houve a primeira presidência aberta de Mário Soares na área metropolitana de Lisboa. O presidente com os seus assessores, foi visitar os concelhos todos, da AML durante 15 dias, porque ele agarrou este problema e mandou grandes críticas à situação social vivida. E o governo praticamente logo no início, disseram que já vinham a elaborar sobre isto, desde o problema de Camarate, um pacote do PER (167/93). Que veio criar condições para que de facto, se uma câmara quisesse promover um programa de realojamento, para situações de habitação informal, mais ou menos degradada, havia aqui em baixo em Loures, uma situação em particular, de umas pessoas que habitavam umas estruturas de prédios que ainda não tinham sido acabadas, a Quinta do Mocho.

Era talvez das situações mais degradantes, do ponto de vista físico, de falta de salubridade. E eu visitando um dia, um daqueles edifícios, a pessoa tinha que subir as escadas sem paredes, um perigo terrível (...) eram gaiolas, mas puxaram pra lá eletricidade, telefone, água, tubos de água, mangueira. Não sei como é que conseguiram. (...)

Aquilo era um terreno privado, as obras pararam, e os próprios trabalhadores que estavam lá começaram a ocupar os edifícios com as suas famílias, e depois foram pra lá mais pessoas.

Tínhamos, portanto, várias situações, e aquilo teve um impacto brutal em Portugal, durante 15 dias aparecia todos os dias nos telejornais.

Fui pra lá dormir uma noite, numa tenda. E as pessoas perceberam finalmente que não tínhamos sido nós a polos na rua, não tinha sido a câmara.

E depois seguiu-se a presidência aberta e logo a seguir sai o 93, eu acho que Camarate deu um grande empurrão.

Camarate teve um impacto sociopolítico brutal no país. E nós começámos a fazer PER, não deixámos de ter a opinião que tínhamos, mas percebemos que as câmaras não podiam estar completamente alheias a este problema, era impossível. Desde que existissem as condições necessárias, com as subvenções a fundo perdido. (...)

Logo em 1990, eu estive já nas minhas funções de presidente substituto (...), março, abril, no palácio das laranjeiras, estava lá um ministro do governo de cavaco silva, que reuniu comigo, Jorge Sampaio enquanto presidente da câmara de lisboa, e o Isaltino enquanto presidente de Oeiras. E mais uma ou duas pessoas que já não me lembro quem eram. E fiquei a saber que a reunião se tratava da realização da Expo, isto em 1991.

Não se sabia onde seria, mas poderia ser onde foi. Podia ser em Algés Dafundo ou podia ser polinucleada na margem norte e na margem sul. (...)

Mas, entendeu-se fazer, até pra não fazer o que se fez em Sevilha com a ocupação da Quinta da Ilha de Cartuxa, foi um mau exemplo de uma exposição universal, decidiu-se que seria no território de Loures e Lisboa, agora é tudo Lisboa mas antes não era. A fronteira era onde se encontra o Myriad, à esquerda era Loures e à direita do Myriad era Lisboa. (...)

Tínhamos muitas zonas com barracas onde tinham de passar as infraestruturas fundamentais para chegar à Expo. Era mais para o lado de Sacavém, Portela. (..) Situação para os resíduos sólidos, aterros, o rio trancão [era um esgoto que passava por ali] e eram situações que tinham de ser resolvidas entre 1994 e 1998.

Em Loures cidade, já estavam a construir para realojar famílias de camarate. E começámos a fazer paulatinamente, várias soluções.

Havia completa noção de que este tipo de realojamento é muito problemático. A situação das habitações degradadas é muito má, mas as soluções também são muito complicadas, eram igualmente más, em vários países. As torres muito altas, as tipologias de edifícios, (...) tudo isso era conhecido pelos nossos técnicos, aquilo não era só uma questão de construção civil e o dinheiro. Há as pessoas, o contexto humano, as questões socioculturais, as questões socioeconómicas. Nós por darmos uma casa nova a uma pessoa não lhe mudamos o estatuto social. Aliás há uma frase de Engels, para se resolver o problema da habitação não é dar uma casa, é resolver o problema socioeconómico que está subjacente. Mas o que é certo é que havia uma pressão brutal sobre as autarquias, a partir da presidência aberta, como a obrigação de resolver estes problemas, então fizeram-se. Uma coisa que já vinha sendo feita em Oeiras já tinha iniciado programas de realojamento, e em Lisboa. Mas estas situações eram completamente distintas. Já vinham do tempo da ditadura, e Duarte Pacheco fez expropriações de terrenos que de maneira que em Lisboa tinha condições para uma intervenção física no plano habitacional.

É claro que Loures, Amadora, os municípios não tinham na altura capacidade financeira. Logo a seguir a 75, 76 havia prioridade»

«Depois da presidência aberta, acho que Camarate deu um grande empurrão. Porque Camarate teve um impacto socioeconómico enorme no país.»

«Não deixamos de ter a opinião que tínhamos, mas percebemos que as câmaras não podiam estar completamente alheias a isto, era impossível.»

«Nesta questão da habitação social e do realojamento, não soluções boas.»

«É um processo extremamente contraditório e que exige uma profunda análise dialética (...) é uma questão que não nasce feita nem resolvida. É uma questão que vai-se fazendo, e que mesmo depois do realojamento continua.»

«A câmara não tinha terrenos seus, quer dizer tínhamos terrenos, mas a 2 quilómetros de distância, no campo.»

«A solução foi a cooperativa por esta se situar numa zona periférica de cidades (Loures e Sacavém) e vilas (Apelação) no concelho.»

«o relacionamento de vizinhança com a origem física de onde vinham»

«não havia instrumentos para ao mesmo tempo que se fazia realojamento, fazer cidade»